ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA

C.N.P.J. 60.742.855/0001-10

Balanços patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	85.232.912,30	63.458.831,00
Aplicações financeiras	5	50.976.812,29	46.987.598,39
Contas a receber de alunos- educ. básica	6	5.452.605,87	4.826.355,86
Contas a receber de alunos - educ. superior	6	5.148.725,62	3.788.909,94
Adiantamentos	7	2.938.513,34	2.736.349,52
Despesas antecipadas		254.532,90	169.821,80
Estoques		72.984,69	404.645,09
Outras contas a receber		901.300,81	1.394.361,79
		150.978.387,82	**123.766.874,39**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	5	10.897.381,71	33.139.327,70
Depósitos para recursos judiciais		213.650,81	510.879,16
Contas a receber de alunos - educ. superior	6	1.151.481,18	776.368,02
Imobilizado	8	225.860.150,41	213.139.626,35
Intangível	9	4.321.443,09	2.173.950,08
		242.444.107,20	**249.740.151,31**
Total do Ativo		**393.422.495,02**	**373.507.025,70**

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Contas e tributos a pagar	10	1.823.776,04	1.530.636,69
Obrigações trabalhistas e encargos	11	14.738.734,17	14.697.297,41
Receitas antecipadas		5.117.790,62	3.301.736,16
		21.680.300,83	**19.529.670,26**
Não circulante			
Provisão para contingências	12	**585.230,96**	**877.391,79**
Patrimônio líquido	13		
Patrimônio social		221.611.677,80	204.916.201,36
Ajuste de avaliação patrimonial		131.488.285,84	131.836.331,88
Superávit do exercício		18.056.999,59	16.347.430,41
		371.156.963,23	**353.099.963,65**
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**393.422.495,02**	**373.507.025,70**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Total
Saldo em 31/12/2016	**181.089.084,00**	**132.185.243,55**	**23.478.225,69**	**336.752.533,24**
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	348.911,67	(348.911,67)	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	23.478.225,69	-	(23.478.225,69)	-
Superávit do exercício 2017	-	-	16.347.430,41	**16.347.430,41**
Saldo em 31/12/2017	**204.916.201,36**	**131.836.331,88**	**16.347.430,41**	**353.099.963,65**
Realização (pela depreciação) do ajuste de avaliação patrimonial	348.046,04	(348.046,04)	-	-
Incorporação à conta patrimônio social	16.347.430,40	-	(16.347.430,41)	-
Superávit do exercício 2018	-	-	18.056.999,59	**18.056.999,59**
Saldo em 31/12/2018	**221.611.677,80**	**131.488.285,84**	**18.056.999,59**	**371.156.963,23**

Demonstrações de resultados dos períodos Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	Nota	2018	2017
Atividades de Educação Básica			
Receita bruta de prestação de serviços - ensino básico	14	99.445.554,42	96.167.018,51
(-) Obrigações - bolsas de estudos Integrais da Lei 12.101/2009 Art.14, § 1o	26	(14.997.592,00)	(15.630.268,00)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Parciais 50% da Lei 12.101/2009 Art.14, § 2o	26	(582.626,00)	(958.871,00)
(-) Outras bolsas de estudos 100%	26	(5.460.289,40)	(5.249.624,40)
(-) Outras bolsas de estudos	26	(667.862,30)	(640.236,40)
(-) Devoluções / cancelamentos - ensino básico		(103.868,15)	(95.132,81)
(-) Descontos incondicionais		(7.948.029,94)	(6.737.298,86)
		69.685.286,63	**66.855.587,04**
Receita de atividades extracurriculares		2.076.109,65	2.081.619,23
Outras receitas de prestação serviços educacionais		1.307.943,70	1.479.714,31
(-) Devoluções / cancelamentos		(14.144,33)	(3.705,17)
Valor líquido da Receita de prestação de serviços - ensino básico		73.055.195,65	70.413.215,41
(-) Custo com pessoal docente		(30.586.023,80)	(30.902.998,96)
(-) Custos administrativos e gerais	15	(10.158.537,97)	(12.326.214,11)
(-) Custos administrativos e gerais	16	900.000,00	813.980,00
Receitas de doações	17	145.341,52	151.783,66
Outras receitas	18	6.305.444,64	4.789.590,73
Despesas	19	(42.761.699,25)	(37.468.371,71)
Resultado das atividades de educação básica		**(3.100.279,21)**	**(4.529.014,98)**
Atividades de Educação Ensino Superior			
Receita bruta de prestação de serviços - ensino superior	14	88.379.505,52	81.518.390,25
(-) Gratuidades - bolsas de estudos integrais da Lei 11.096/2005 - Prouni	26	(12.555.856,62)	(12.840.717,28)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos parciais 50% da Lei 11.096/2005 - Prouni	26	(223.408,08)	(410.000,44)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos Integrais da Lei 12.101/2009 Art.14, § 1o	26	(308.466,24)	(300.705,66)
(-) Gratuidades - bolsas de estudos 50% da Lei 12.101/2009 Art.14, § 2o	26	(2.988,00)	(15.268,00)
(-) Outras bolsas de estudos 100%	26	(1.154.234,56)	(997.701,52)
(-) Outras bolsas de estudos	26	(2.390,40)	(35.189,00)
(-) Devoluções / cancelamentos - ensino superior		(2.912.124,34)	(2.520.945,13)
(-) Descontos incondicionais		(2.621.914,38)	(2.053.077,30)
		68.598.122,90	**62.344.785,92**
Outras receitas de prestação serviços educacionais		489.340,75	602.506,61
(-) Devoluções / cancelamentos		(27.349,00)	(27.324,00)
Valor líquido da Receita de prestação de serviços - ensino superior		69.060.114,65	62.919.968,53
(-) Custo com pessoal docente		(17.933.669,66)	(18.920.965,52)
(-) Custos administrativos e gerais	15	(20.218.432,77)	(19.965.921,18)
Receitas de convênios	16	-	25.000,00
Receitas de doações	17	-	298,32
Outras receitas	18	1.651.304,21	660.038,18
Outras despesas	19	(22.133.576,33)	(18.339.217,19)
Resultado das atividades de ensino superior		**10.425.740,10**	**6.379.201,14**
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		11.205.645,40	14.833.597,56
Despesas financeiras		(474.106,70)	(336.353,31)
		10.731.538,70	**14.497.244,25**
Superávit do período		**18.056.999,59**	**16.347.430,41**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	18.056.999,59	16.347.430,41
Ajustes por :		
Depreciação e amortização	3.619.502,05	2.998.911,38
Ajuste de depreciação	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Provisão para contingências	(292.160,83)	(34.080,89)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(611.044,87)	5.186.691,90
Resultado líquido ajustado	**20.773.295,94**	**24.498.952,80**
(Aumento) redução nos ativos		
Em aplicações financeiras	18.252.732,09	(11.950.611,19)
Em contas a receber de alunos	(1.750.133,98)	488.250,35
Em adiantamentos	(202.163,82)	(108.992,20)
Em despesas antecipadas	(84.711,10)	33.488,27
Em estoques	331.661,40	158.096,75
Em imobilizados em andamento	-	-
Em outras contas a receber	493.060,98	(1.026.577,34)
Em realizável a longo prazo	297.228,35	(688.408,73)
Aumento (redução) nos passivos		
Em contas e tributos a pagar	293.139,35	210.193,31
Em obrigações trabalhistas e encargos	41.436,76	973.522,60
Em receitas antecipadas	1.816.054,46	(122.865,36)
Em financiamentos /empréstimos	-	-
Em provisão p/ contl. fiscais/trabalhistas e cíveis	-	-
Em outros passivos circulantes	-	-
Em outras contas a pagar	-	-
	19.488.304,49	(12.333.903,54)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**40.261.600,43**	**12.165.049,26**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado / intangível	(18.464.463,47)	(9.663.032,97)
Em imobilizações em andamento	-	-
Aumento de Imobilizado pela transf. Entre unidades	(9.943.818,52)	(1.246.688,34)
Aumento do imobilizado ajustes de exercícios anteriores	(3.225,00)	-
Baixa de imobilizado	-	1.167.000,00
Baixa da depreciação	(28,88)	(1.679,00)
Depreciação ajustes de exercícios anteriores	(19.801,78)	-
Baixa de Imobilizado pela avaliação patrimonial	-	-
Baixa de imobilizado pela transferência para a sede	9.943.818,52	1.246.688,34
Baixa de imobilizado (transferência entre unidades)	-	-
Baixa de Depreciação transferência para Sede	-	-
Ajuste da depreciação	-	-
Ajuste de imobilizado (transferência recebida de filial)	-	-
Transferências para sede e unidades	-	-
Transferência por cessão de atividades	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(18.487.519,13)**	**(8.497.711,97)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**21.774.081,30**	**3.667.337,29**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equiv. de caixa		
No fim do exercício	85.232.912,30	63.458.831,00
No início do exercício	63.458.831,00	59.791.493,71
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**21.774.081,30**	**3.667.337,29**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

1 Objetivos sociais - Associação Santa Marcelina, doravante designada 'Associação', C.N.P.J. 60.742.855/0001-10, situada à Rua Itapicuru nº 112, Perdizes, município de São Paulo, SP, é uma associação de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, de caráter educacional, cultural e de assistência social, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação pertinente. A Associação Santa Marcelina tem a Educação como sua atividade preponderante, atuando nas modalidades da educação básica e do ensino superior, sendo portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, expedido pelo Ministério da Educação - MEC. A Associação tem por finalidade: **a)** Oferecer e desenvolver a educação básica formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; **b)** Oferecer e desenvolver a educação superior de acordo com os princípios contidos na lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional; **c)** Oferecer e desenvolver cursos de especialização, pós-graduação ("Lato Sensu" e "Stricto Sensu", mestrado e outras modalidades previstas em lei; **d)** Desenvolver e promover a pesquisa científica no atendimento de seus cursos de educação superior; **e)** Oferecer e desenvolver a educação profissional e profissionalizante; **f)** Oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania e inclusão social através da educação religiosa, moral e cívica; **g)** Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências; **h)** Apoiar instituições beneficentes com objetivos afins, para promover atividades conjuntas em parceria, podendo manter intercâmbios educacionais, culturais, beneficentes e informativos; **i)** Promover ações de promoção as crianças, aos adolescentes, aos jovens, adultos e idosos carentes; **j)** Promover ações de promoção a familia; **k)** Promover atividades culturais; **l)** Dedicar-se às obras de promoções humanas, beneficentes, filantrópicas, de assistência à saúde e de assistência social; **m)** Amparar e assistir as pessoas carentes através das seguintes ações de assistência social de caráter socioeconômico, dentre outras: concessão de auxílio financeiro, fornecimento de gêneros alimentícios, de remédios, de roupas, de material escolar, de material didático, de utensílios e de pagamentos a médicos, dentistas, psicólogos e outros profissionais da área da saúde, inclusive exames laboratoriais e hospitalares; **n)** Promover ações beneficentes e filantrópicas no atendimento de seus assistidos e destinatários, na promoção da coletividade, do bem comum, no interesse social, com a concessão de gratuidades na prestação de seus serviços e na concessão de uso de seus bens móveis e imóveis. No exercício das finalidades institucionais, a Associação não faz e não fará, distinção de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político, condição social ou sob qualquer forma de discriminação. A Associação possui os principais registros sociais que regulamentam a sua atuação social. No âmbito estadual a Associação é reconhecida como Utilidade Pública Estadual de São Paulo pela Lei nº 5.733, de 25/06/1960, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo 28/06/1960. No âmbito municipal é reconhecida Utilidade Pública Municipal (SP) pelo Decreto nº 14.380, de 01/03/1977, publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo de 02/03/1977. Também, é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social CEBAS, tendo seu último certificado deferido pelo Ministério da Educação MEC, conforme Portaria nº 718, de 02 de outubro de 2015, publicada no DOU de 06 de outubro de 2015, com validade de 01/01/2014 a 31/12/2014, conforme se verifica nos autos do processo administrativo nº 23123001817/2010-94. Mantendo sua regularidade para renovação do CEBAS, foram protocolados os processos administrativos de nº 23000.094059/2014-52, em 19 de dezembro de 2014, nº 23000.024079/2015-91, em 30 de novembro de 2015 e nº 23000.046475/2017-02, em 29 de novembro de 2017. Todos os processos citados se encontram em fase de instrução e pendentes de decisão terminativa até data de encerramento desta demonstração contábil, conforme consulta pública ao MEC em Março/2019. **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a. Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis da Associação foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) Entidade Sem finalidade de Lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. **b. Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação. **d. Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) – Nota 6 • Imobilizado – Nota 8 • Intangível – Nota 9 • Provisão para contingências - Nota 12 e Reapresentação A Associação está reapresentando saldos da Demonstração do Resultado do Período de 2017, em função da alteração do reconhecimento de Despesas, passando a ser reconhecidas como Custos. Os efeitos dessa reapresentação estão apresentados a seguir:

	2017 Reapresentado	2017 Original
(-) Custo administrativos e gerais	(14.323.866,90)	(5.789.918,52)
Outras despedes	(7.499.120,21)	(16.033.047,59)

3 Principais práticas contábeis - As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a. Instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros não derivativos.** A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Associação tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos, recebíveis e passivo financeiro não derivativo. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem adiantamentos a fornecedores e despesas antecipadas. **Recebíveis.** Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou passíveis de ser fixados que não são cotados no mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decorridos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os recebíveis abrangem mensalidades escolares a receber (nota 6) e outras contas a receber. **Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Associação tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: contas a pagar. Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. **b. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menores a partir da data de contratação e estão demonstrados pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço. **c. Apuração do resultado do período** - O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, incluindo-se as inadimplências, os valores considerados incobríveis e o valor dos serviços educacionais prestados a alunos gratuitos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **d. Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras com vencimento em prazos inferiores a 12 meses são demonstradas no ativo circulante, as aplicações financeiras em prazos superiores a 12 meses, são demonstradas no realizável a longo prazo, ambas pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **e. Contas a receber de alunos** - Representam mensalidades emitidas decorrente da prestação de serviços educacionais, porém não recebidas, acordos firmados referentes mensalidades vencidas e cobranças judiciais. Incluem ainda bolsas compensáveis contra créditos fiscais, como PIES. Estão representadas pelo seu valor original, deduzidas das gratuidades concedidas e descontos contratuais (incondicionais). As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foram constituídas com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente pela Administração. **f. Adiantamentos** - Refere-se a antecipações efetuadas a funcionários e fornecedores, cuja apropriação da despesa ocorrerá em exercício seguinte. **g. Despesas antecipadas** - Refere-se a pagamento de prêmios de seguros e outras despesas, cujo período de vigência benefícia o exercício seguinte. Estão representadas pelo seu valor nominal. **h. Estoques** - Os estoques constantes do Balanço Patrimonial refere-se a uniformes escolares. **i. Depósitos Judiciais** - Referem-se a depósitos que visam suspender a exigibilidade de ações judiciais enquanto não transitadas em julgado. **j. Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Associação utiliza taxas de depreciação, em função da estimativa de vida útil realizada por especialista interno. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes são as seguintes:

• Equipamentos de informática / veículos	05 anos
• Máquinas e equipamentos / móveis e utensílios	10 anos
• Biblioteca / hinetalações/ material didático, pedagógico e laboratorial	10 anos
• Imóveis/ reformas e benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
• Construções em andamento em imóveis de terceiros	25 anos

k. Intangível - O ativo intangível é composto por programas de computador (software), que são amortizados usando-se o método linear à taxa de 20% ao ano, e custos de desenvolvimento e implantação de novos cursos, onde suas realizações estão sendo medidas de sua execução. **l. Redução ao valor recuperável** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Em 2018 e 2017, a administração da Associação não identificou indícios que pudessem gerar uma redução ao valor recuperável. **m. Demais ativos circulantes e não circulantes** - Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização. **n. Passivos circulantes e não circulantes** - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculados acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **o. Receitas antecipadas** - As receitas antecipadas referem-se a parcelas de mensalidades de períodos subsequentes, recebidas antecipadamente, registradas no passivo circulante e que serão reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência. **p. Provisões** - Uma provisão é constituída no balanço quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **q. Patrimônio líquido** - Representa o patrimônio inicial da Associação, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição, ajustes de avaliação patrimonial, que são empregados integralmente nos objetivos sociais da Associação, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **r. Gratuidades** - A Associação mantém escrituração contábil regular, registrando suas receitas, despesas e aplicação de recursos em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	17.875,64	29.808,17
Bancos c/ movimento	202.122,93	217.013,28
Bancos c/ poupança	0,00	808,88
Aplicações financeiras de liquidez imediata	85.012.913,73	63.211.200,67
	85.232.912,30	**63.458.831,00**

A Associação mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financiamente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são oportunamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são mantidos para atender a fundos de renda fixa. Os rendimentos das aplicações financeiras não estão sujeitos à incidência de impostos, devido a Associação gozar de imunidade de tributos federais. **5 Aplicações financeiras em curto e longo prazo**

	Curto Prazo		Longo Prazo	
Modalidade	2018	2017	2018	2017
Fundo de Investimentos Financeiros	26.674.568,29	26.648.233,18	8.484.882,80	3.519.438,46
Certificado de Depósitos Bancários	331.324,91	989.726,03	3.291.128,41	8.580.139,98
Letras Financeiras	23.970.919,09	19.339.638,18	1.342.365,12	29.261.243,88
Perdas estimadas c/aplicações financeiras	-	-	(2.221.494,62)	(2.221.494,62)
	50.976.812,29	**46.987.598,39**	**10.897.381,71**	**33.139.327,70**

Os recursos classificados em curto prazo referem-se a aplicações com vencimento superior a 90 (noventa) dias, conforme determinação da NBC TG 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos. A Associação possui recursos no Banco Cruzeiro do Sul, cujos rendimentos financeiros foram apropriados até novembro de 2012, mês em que o Banco Central decretou sua liquidação extrajudicial. A Associação constituiu provisão para perdas no montante total do saldo existente nesta aplicação financeira. **6 Contas a receber de alunos**

	2018			2017		
	Educ. Básica	Educ. Superior	Consolidado	Educ. Básica	Educ. Superior	Consolidado
Curto Prazo						
Mensalidades do exercício	3.140.489,13	3.258.605,38	6.399.104,51	2.617.745,68	2.653.790,08	5.271.535,76
Mensalidades de exercícios anteriores	1.899.176,99	1.701.573,27	3.600.749,86	1.807.984,10	2.189.590,92	3.977.575,11
Parcelas de acordos	2.720.588,85	2.762.008,64	5.482.597,49	2.688.870,91	2.192.000,91	4.870.871,82
Cursos extraor. rculares e tases	277.371,00	12.591,00	289.962,00	261.198,35	16.206,00	277.404,35
	8.037.625,97	**7.734.778,29**	**15.772.413,86**	**7.375.799,13**	**7.021.585,91**	**14.397.383,04**
(+) PECLD	(2.585.029,70)	(2.586.042,67)	(5.171.072,37)	(2.549.423,33)	(2.592.673,97)	(5.142.097,30)
	5.452.605,87	**5.148.725,62**	**10.601.341,48**	**4.826.355,86**	**3.788.909,94**	**8.615.285,80**
Longo Prazo						
Mensalidades a receber	0,00	1.151.481,12	1.151.481,12	0,00	776.368,02	776.368,02

As contas a receber contemplam apenas saldos dos últimos cinco anos, apurados através de relatórios internos da Associação. As mensalidades baixadas são mantidas em cobranças judiciais e extrajudiciais. A Associação, por meio da análise de seu histórico de inadimplência e de sua política de cobrança, revisou os critérios para constituição da PECLD no exercício findo em 2018. Mensalidades em atraso, vencidas há mais de 90 dias, valores em cobrança realizados por escritórios credenciados, entre outros, sendo integralmente considerados para constituição da PELCD. **A movimentação da PECLD pode ser assim demonstrada:**

	2018	2017
Saldo no início do exercício	5.782.117,24	595.425,34
Reversão da provisão (resultado)	(1.296.292,57)	(14.510,71)
Constituição da provisão (resultado)	1.371.067,94	6.848.753,02
Baixa de mensalidades incobráveis	(1.285.792,77)	(1.647.548,41)
Saldo no final do exercício	**5.571.072,37**	**5.782.117,24**

7 Adiantamentos

	2017	2018
Créditos de funcionários	2.514.966,79	2.454.796,40
Adiantamentos a fornecedores	420.935,10	278.874,66
Outros adiantamentos	2.678,66	2.678,46
	2.938.513,34	**2.736.349,52**

8 Imobilizado - A movimentação do saldo para o exercício findo em 31 de dezembro está assim representada:

Ativo Imobilizado	Saldo Líquido 2017	Aquisições	Transf. Entre contas	Transf. Recebida entre unidades	Transf. Enviadas entre unidades	Ajustes	Depreciação / amortização (-)	Baixa da depreciação	Saldo Líquido 2018
Terrenos	87.246.000,00	-	-	-	-	-	-	-	87.246.000,00
Imóveis	105.474.159,70	3.950.000,00	-	9.943.818,51	(3.950.000,00)	98,98	(746.438,80)	-	114.671.638,39
Reformas e benfeit. em Imóveis	2.902.936,59	2.979.751,76	(773.862,52)	-	(2.793.818,52)	-	-	-	2.215.007,31
Reformas em Imóveis de Terceiros	4.393.353,74	139.528,00	-	-	-	-	(221.769,00)	-	4.310.912,74
Construções em andamento de terc	115.883,49	-	-	-	-	-	(6.531,96)	-	109.351,53
Construções em andamento	-	570.379,98	-	-	-	-	-	-	570.379,98
Instalações	992.271,23	1.360.773,84	-	-	-	-	-	(181.811,68)	2.171.233,39
Biblioteca	989.980,34	99.065,22	(54.754,66)	-	-	-	-	(2.948,79)	1.031.342,11
Máquinas e Equipamentos	3.599.178,88	655.447,51	773.862,52	-	-	-	-	(3.225,00)	4.025.263,91
Móveis e Utensílios	4.836.788,71	1.047.886,65	(6.280,00)	-	-	-	-	(304,92)	5.878.090,44
Equipamentos de Informática	1.756.445,81	736.800,88	(92.146,58)	-	-	-	-	(5.679,34)	2.395.420,77
Veículos	100.101,57	472.649,79	-	-	-	-	-	(7.474,98)	565.276,38
Mat. didático, pedagógico e laboratorial	623.290,29	917.447,38	-	-	-	-	-	(2.764,32)	1.538.013,35
Obras de arte	6.240,00	-	-	-	-	-	-	-	6.240,00
	213.139.626,35	**12.962.530,02**	**(63.161,24)**	**9.943.818,51**	**(6.743.818,52)**	**22.496,33**	**(1.371.370,02)**	**-**	**225.860.150,41**

9 Intangível - A movimentação do saldo para o exercício findo em 31 de dezembro está assim representada:

Ativo Intangível	2017 Saldo Líquido	Aquisições	Transf. Entre contas	Ajustes	Depreciação /amortização (-)	2018 Saldo Líquido
Marcas e patentes	7.984,00	-	-	-	-	7.984,00
Desenvolvimento - Cursos	1.432.731,29	1.891.708,80	97.231,24	-	-	3.421.671,33
Cessão de uso de software	733.234,79	410.224,65	(4.070,00)	530,45	(248.132,13)	891.787,76
	2.173.950,08	**2.301.933,45**	**93.161,24**	**530,45**	**(248.132,13)**	**4.321.443,09**

Imobilizações em andamento	2017 Saldo	Aquisições	Transf. Entre contas	Enviadas entre unidades	2018 Saldo
Imobilizações em andamento	-	(3.200.000,00)	-	-	-
Total	**-**	**(3.200.000,00)**	**-**	**-**	**-**

A Associação optou pela adoção do custo atribuído, tomando por ajustando os saldos na data de 01 de janeiro de 2011. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos, com experiência e competência profissional. A adoção do custo atribuído produziu efeitos no Patrimônio Líquido, em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, onde o mesmo foi aumentado em R$ 3.582.000,00 (2013) e R$ 134.814.694,70 (2012). A sua realização está sendo efetuada conforme a depreciação do exercício, conforme evidenciado nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido. Os ajustes negativos foram registrados como despesas.

10 Contas e tributos a pagar

	2018	2017
Fornecedores de serviços	923.901,97	948.075,26
Fornecedores de materiais	833.277,24	517.428,46
Cedores diversos	10.425,86	16.701,82
Seguros a pagar	9.841,37	990,91
Benefícios a pagar	46.329,60	47.440,24
	1.823.776,04	**1.530.636,69**

11 Obrigações trabalhistas e encargos

	2018	2017
Salários a pagar	4.566.279,33	4.607.117,81
Férias e encargos	6.598.722,81	6.574.939,12
Impostos e contribuições trabalhistas	3.450.006,32	3.409.668,84
Outros impostos e contribuições	123.725,71	105.561,64
	14.738.734,17	**14.697.297,41**

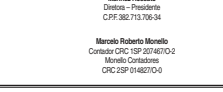
As provisões de férias e 1/3 foram constituídas tomando-se por base a remuneração do empregado no mês em que ela estiver sendo constituída. Os encargos sociais foram constituídos concomitantemente à constituição das provisões. **12 Provisões para contingências:** A Administração da Associação, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, cíveis, entre outras regulatórias, podendo ser assim demonstradas. **Movimentação das contingências (processos)**

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Trabalhistas (a)	373.435,26	78.000,00	(361.435,26)	90.000,00
Cíveis (b)	8.727,57	0,00	(8.727,57)	0,00
Outras contingências (c)	495.230,96	-	-	495.230,96
	877.391,79	78.000,00	(370

pesquisa, que identificam a contribuição econômico-financeira total que este investimento extrafiscal gera em relação aos tributários tipificados. O FONIF Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, ao reportar indicadores que demonstrem adicionalmente o valor quantitativo e qualitativo das demais entregas e benefícios que as instituições realizam para a sociedade e para o país, tem como escopo o impacto e o retorno econômico-financeiro do investimento realizado pelas instituições filantrópicas, indicando as alavancas e oportunidades que permitam maximizar a geração e proteção de valores, na educação, saúde e assistência social para a população brasileira. Na comparação com o valor da imunidade constitucional, obtém-se o retorno do investimento nas instituições filantrópicas de Educação como contraparti ao CEBAS. Imunidade Previdenciária das Instituições Filantrópicas de Educação Básica e Superior. Assim, o múltiplo de valor consolidado do retorno da contrapartida gerado pelas instituições filantrópicas de educação tipificadas de R$6,06 para cada R$1,00 de imunidade previdenciária. **FONTE: Pesquisa A contrapartida do Setor Filantrópico para o Brasil- 2018.** A Associação Santa Marcelina de forma sumplementar evidência numericamente com base nos índices da referida pesquisa a contrapartida da Associação para a sociedade brasileira em relação aos benefícios previdenciários (quota patronal) usufruídos.

DESCRIÇÃO	2018	2017
Benefício previdenciário usufruído (quota patronal INSS)	R$ 20.810.408,90	R$ 20.417.167,19
Contrapartida (índice médio - EB e ES) da entidade para a sociedade brasileira conforme pesquisa do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF	R$ 96.976.505,47	R$ 95.143.999,11

A contrapartida da Associação Santa Marcelina para a sociedade em relação ao benefício previdenciário usufruído(quota patronal)



Marinez Rosarto
Diretora – Presidente
CPF.382.713.706-34

Marcelo Roberto Monello
Contador CRC 1SP 207467/O-2
Monello Contadores
CRC 2SP 018427/O-0

ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA

CN.P.J. 60.742.855/0001-10

Notas explicativas as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Condutor da Praça: A praça será realizada por MEIO ELETRÔNICO através do Portal: www.canaljudicial.com.br/goldleiloes e será conduzida pelo Gestor Leiloeiro Oficial Ubiratan Aparecido da Silva- JUCESP 958. Valor do bem: R$ 200.000,00 (duzentos reais) Obs: o valor da avaliação judicial, nos termos do artigo 3 do parágrafo único da CSM 1625/2009. Da comissão da Gestora Judicial: O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor da porcentagem estipulada no edital, sob o preço de arrematação do imóvel. Dos lances: Os lances deverão ser ofertados pela rede internet, através do Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. Da responsabilidade do arrematante: Serão de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas a transferência dos imóveis, tais como recolhimento de ITBI, foro, laudêmio, taxas alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reformas não averbadas no Órgão competente e, ainda, dívidas relativas ao condomínio, resguardada a possibilidade de ação regressiva contra o devedor principal, perante ao Órgão competente. Débitos de IPTU: Eventuais débitos de IPTU incam sub-rogados no valor da arrematação nos exatos termos do art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, mediante apresentação do extrato de débitos fiscais apresentado pelo arrematante. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Provimento CSM nº 1.625/09 do TJSP e o caput do artigo 335, do Código Penal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PIRACICABA/SP – 6º OFÍCIO CÍVEL Edital de 1ª e 2ª Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) EBER ZEM TRANSPORTES LTDA EPP (CNPJ 00.012.700/0001-04) na pessoa de seu represente legal EBER ADRIEL ZEM (CPF 167.932.288-54) e MARISA CARRARO ZEM (CPF 154.852.538-30), e demais interessados, expedido nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários – Proc. 0009927-20.2008.8.26.0451 (451.01.2008.009927) – Ajuizada por BANCO BRADESCO AS (CNPJ 60.746.948/0001-12). O Dr. Rogério Sartori Astolphi, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Piracicaba/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes) portal de leilões on-line, fica designado o dia 28/04/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 30/04/2019 às 14:01h, e com término no dia 22/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1º, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Matrícula 55.236 do 2º CRI de Piracicaba: Um Imóvel e respectivo Terreno com frente para a atual Rua Ricardo Golbin, nº 203, antiga Rua tres, lado impar, em Piracicaba, constituído por parte do lote nº 12 da quadra B, do loteamento denominado "JARDIM RESIDENCIAL ITAIBERA", situado no Bairro Rolador, medindo 08,44m de frente, do lado direito de quem da rua olha para o imóvel mede 27,19m, e confronta com propriedade de Luis Gobbo, do lado esquerdo mede 27,00m, e confronta com terreno de Vlademir José Bolzam, e nos fundos mede 5,22m, e confronta com o lote nº 01, encerrando a área de 184,41m2. Contribuinte nº 52.0012.0172. AVALIAÇÃO: R$ 122.605,30 (Cento e vinte e dois mil, seiscentos e cinco reais e trinta centavos) valor este devidamente atualizado pela tabela prática do TJSP, em janeiro/2019. ÔNUS: Dos autos nada consta. DEPOSITÁRIO: EBER ADRIEL ZEM e MARISA CARRARO ZEM. Os fotos e as descrições detalhadas dos(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes.

1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES DO FORUM REGIONAL DE PINHEIROS/SP – 1º OFÍCIO Edital de 1º e 2º Praça de bem(ns) imóvel e para intimação do(a)(s) executado(a)(s) R.C. (CPF 646.638.688-00), bem como da terceira interessada S. E. P (CPF 229.227.038-27), e demais interessados, expedido nos autos da Ação de EXECUÇÃO DE ALIMENTOS – Proc. 0112279-18.2008.8.26.0011 (011.01.012889-1) – Ajuizada por R. M. DE C. B. C. A Dra. Thaís da Silva Porto, Juíza de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional de Pinheiros/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 DO CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.canaljudicial.com.br/goldleiloes / www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arematação na 1ª Praça com início no dia 28/04/2019 às 14:00h, e com término no dia 30/04/2019 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para a 2ª Praça com início no dia 30/04/2019 às 14:01h, e com término no dia 10/05/2019 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) do(s) bem(ns) abaixo descrito(s): RELAÇÃO DO(S) BEM(NS): LOTE 1: Matrícula 101.417 do 14º CRI da Capital-SP: APARTAMENTO DUPLEX COBERTURA, nº 141, localizado nos 14º e 15º andares do "EDIFÍCIO VIAL D'AZUR', situado à Rua Dr. Bacelar, nº 224, Bairro Vila Clementino, 21º Subdistrito – Saúde, coma área privativa de 251,74m2, area comum de 80,87m2, área total de 332,61m2, fração ideal no terreno de 4,4367%, cabendo-lhe um box de uso indeterminado para a guarda de bicicleta, situado nos 1º e 2º subsolos. Contribuinte nº 042.043.0236-1. AVALIAÇÃO TOTAL: R$ 1.911.125,00 (hum milhão, novecentos e onze mil, cento e vinte e cinco reais), devidamente atualizado pelo contador judicial as fls. 1741. ÔNUS: consta da certidão de ônus extratido do site ARISP em 16.01.2019, conforme AV-05 – PENHORA EXEQUENDA; R-06 – ADJUDICAÇÃO – em favor de Sonia Esperanza Pizon. DEBITO CONDOMINIAL: Consta dos autos conforme fls. 1772/1773, débitos "Property rent" no valor total de R$ 539.178,77 – Janeiro/2019, constatando ainda ação de Cobrança – Condomínio – Proc. 0007407-24.2018.8.26.0001 (001.01.2018.007407). DEVEDOR ATIVO: Consta conforme certidão de ônus junto a Municipalidade ate a data de 16.01.2019 um total de R$ 200.372,37. DEBITO DA AÇÃO: R$ 1.057.180,78, atualizado pelo contador judicial as fls. 1741. DEPOSITÁRIO: Executado. As fotos e a descrições detalhadas do(s) bem(ns) a ser(em) levado(s) a leilão estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes / www.leiloesgold.com.br.

Acober S/A Administração de Bens e Condominios

CN.P.J/M.F.nº 61.391.314/0001-57 - NIRE 35.3.0006492.5

Convocação

Assembleia Geral Ordinaria e Extraordinária

Convidamos os acionistas para se reunirem em A.G.O.E, dia 30.04.19, as 11:00 hs, na Rua Azevedo Soares 1101, Capital, com a seguinte ordem do dia: 1) em A.G.O.: i) contas e demonstrações financeiras de 31.12.18; 2) em A.G.E.: i) redução do capital social, mediante a absorção integral do prejuízo apurado em 31.12.2018, sem alteração do número de ações, com a consequente alteração do artigo 4º dos estatutos; ii) consolidação da redação dos estatutos. Alexandre Pedro de Queiroz Ferreira - Presidente (SP 16/04/19)

CENTRO MÉDICO JABAQUARA S.A.

CNPJ/MF nº 67.781.427/0001-45
NIRE Nº 35.300.525.701

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas do Centro Médico Jabaquara S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de abril de 2019, às 14 horas e 30 minutos, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Jaguaretê, nº 2.000, Jabaquara, CEP 04.321-120, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Tomar as contas dos administradores, e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018; 2. Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2018.

São Paulo, 18 de abril de 2019
Diretoria

Garla Participações S.A.

CNPJ nº 05.569.067/0001-65

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Submetemos a apreciação de V.Sª o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, expressos em milhares de reais, acompanhadas das notas explicativas, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2018, em cumprimento as disposições legais e estatutárias. Colocamos estes à disposição dos Srs. Acionistas para outros esclarecimentos que julgarem necessários. Marília, 18 de abril de 2019. **A DIRETORA.**

Balanço Patrimonial - ATIVO	31/12/18	31/12/17
Ativo Circulante	**25**	**219**
Caixa	4	19
Aplicações Financeira Liquidez Imediata	21	200
Realizavel a Curto Prazo	**43.197**	**28.188**
Titulos a Receber	646	646
(-) Rendas de Aplicações	(1.077)	(892)
Adiantamento dividendos à sócios	37.791	22.375
Aplicações Financeira Diversas	5.816	6.059
Adiantamento a fornecedores	1	1
Ativo Não Circulante	**261.041**	**219.598**
Investimentos	193.877	160.072
Imobilizado Custo Atrubido	47.165	49.251
Imobilizado Liquido	20.013	10.275
TOTAL DO ATIVO	**304.243**	**248.005**

Balanço Patrimonial - PASSIVO	31/12/18	31/12/17
Passivo Circulante	**303**	**2.011**
Fornecedores	11	11
Obrigações Trabalhistas	4	3
Encargos Sociais à Pagar	5	6
Obrigações Tributarias	26	30
Contribuição Social à Recolher	73	56
Imposto de Renda à Recolher	168	149
Outras Contas à Pagar	16	1.916
Passivo Não Circulante	**16.031**	**16.745**
Tributos Diferidos Custo Atribuido	16.031	16.745
Patrimônio Liquido	**287.909**	**229.089**
Capital Social	48.000	48.000
Reserva Legal	13.880	10.939
Ajuste Avaliação Patrimonial	31.119	32.505
Reservas de Lucros à Realizar	137.645	99.117
Lucros Acumulados	57.265	38.528
TOTAL DO PASSIVO	**304.243**	**248.005**

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras em 31/12/2018

1. Contexto Operacional: 1.1 - **A Garla Participações S/A** é uma empresa Sociedade Anonima de capital fechado com sede em Marília-SP A ev. das Esmeraldas, nº 1.369 - Jd. Tangara, com o objeto social e atividade predominante Participação Societaria e Administração de Imóveis Próprios. **1.2 - Participações relevantes em outra sociedade:** Participa com 100% da Sociedade Anonima MARILAN ALIMENTOS S/A, cuja participação é avaliada pela Equivalencia Patrimonial anualmente. **2. Base de Elaboração e Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as praticas contábeis adicionais no Brasil e de conformidade com a lei 6.404/76 e alterações posteriores, normas e procedimentos tecnicos emitidos pelo Comite de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Normas Brasileiras aplicadas as empresas de acordo com a ITG 1000 e nos aspectos não abordados na interpretação pela NBC TG-1000. **2.1 - Reconhecimento das Receitas:** O resultado das Receitas são apuradas em conformidade com o Regime Contabil de Competencia do exercicio. a) As receitas são reconhecidas pelos recebimentos de aluguel de imoveis do patrimonio da empresa locada unica e exclusivamente a MARILAN ALIMENTOS S/A (Parque Industrial) da qual é a controlada. b) A receita é mensurada pelo valor justo da contraparida recebida conforme contrato de locação firmado entre as partes. **2.2 - Despesas:** São despesas operacionais necessarias ao exercicio das atividades de Gestão Patrimonial, representada por 51,49% de despesas administrativas e depreciação do Imobilizado, cujas taxas atuais praticadas são as mais razoáveis, não requerendo nenhum ajuste. **2.3 - Contas à Receber:** Refere-se a adiantamento de dividendos pagos à socios pendentes de Assembleia Geral Ordinaria para compensação de créditos patrimoniais (lucros acumulados). **2.4 - Permanente - Imobilizado:** Em 2.018 houve aquisição de Cameras + H4 + Dvr Multi Hd no valor de R$ 3.600,00,e uma Area de 25,2654HA no valor de R$ 10.070,811,18. Avaliado pelo custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear com base na vida útil dos bens. A empresa optou pelo reconhecimento do custo atribuido (deemed cost) como previsto na Interpretação Técnica - IPC 10,ajustando assim o custo histórico dos bens do ativo imobilizado existentes em 31 de dezembro de 2018, bem como a previsão das vidas úteis. O imobilizado é composto como segue:

Custo	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18
Terrenos	8.924	10.071	-	18.995
Predios	10.701	-	-	10.701
Instalações Prédios	1.407	-	-	1.407
Móveis e Utensílios	13	-	-	13
Computadores e Perifericos	21	-	-	21
Instalações de Transportes	13	-	-	13
Maquinas e equipamentos	12	2	-	14
Custo atribuido	63.949	-	-	63.949
Instalações de Monitoramento	4	-	-	4
Total	**85.049**	**10.075**	**-**	**95.124**

Depreciação Acumulada	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18
Predios	9.365	332	-	9.697
Instalações Prédios	1.407	-	-	1.407
Móveis e Utensílios	10	1	-	11
Computadores e Perifericos	21	-	-	21
Instalações de Transportes	13	-	-	13
Maquinas e equipamentos	12	2	-	14
Custo atribuido	14.699	2.100	-	16.799
Total	**25.526**	**2.435**	**-**	**27.961**

Ajuste de Avaliação Patrimonial: Compreende a diferença entre o custo atribuido e o custo historico de aquisição ou formação dos itens do ativo imobilizado, decorrente da adoção da faculdade facultada pela Interpretação Técnica - Ipc 10. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Atividades Operacionais	31/12/18	31/12/17
Lucro/Prejuizo	57.264	38.528
Depreciação	2.436	2.447
Rendas de Aplicações à realizar	422	422
Ajustes nas contas patrimoniais	1.313	568
Titulos a receber	-	(46)
Adiantamentos de Dividendos	(15.415)	(11.480)
Fornecedores	1	(3)
Salarios e encargos	(3)	(3)
Obrigações tributarias	4	4
Impostos e contribuições	37	17
	46.057	**30.454**
Atividades de Investimentos	**(43.880)**	**(26.198)**

Demonstrativo de Resultado em 31/12/2018

	31/12/18	31/12/17
Receita Operacional	7.757	7.757
Receita Operacional Bruta		
Impostos sobre /Receita Operacional	(283)	(282)
Receita Operacional Liquida	**7.474**	**7.475**
Resultado Operacional Bruto	**7.474**	**7.475**
Dividendos e Lucros Distribuidos	21.230	8.900
Despesas Administrativas: Despesas Financeiras	(263)	(66,9)
Despesas Gerais (Outras)	(1.009)	(868)
Despesas Gerais (Depreciação)	(2.436)	(2.447)
Despesas Gerais Tributárias	(3)	(4)
Receitas Financeiras: Rendas de Aplicações	193	18
Receitas	**25.186**	**13.007**
Receitas Não Operacionais		
Receita Equivalência Patrimonial	33.806	26.196
Resultado antes IRPJ e da Contr. Social	**58.992**	**39.203**
Provisão para Contribuição Social - Presumido	(241)	(223)
Provisão para IRPJ - Presumido	(645)	(697)
Tributos Diferidos sobre Custo Atribuido	714	714
Lucro/Prejuizo do Exercicio	**58.820**	**39.097**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido

	Capital social	Re-serva legal	Lucros acumu-lados	Ajuo Pro-juizos pendentes	Ajuste Ava-liação Patri-monial	Total
Capital Integralizado	48.000	-	-	-	-	48.000
Saldos em 31/12/16	-	-	158.129	(20.484)	-	137.645
Reserva Legal	- 10.939	-	-	-	-	10.939
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	32.505	32.505
Saldo em 31/12/17	**48.000**	**10.939**	**158.129**	**(20.484)**	**32.505**	**229.089**
Reservas Lucros à Realizar	-	-	57.265	-	-	57.265
Reserva Legal	-	2.941	-	-	-	2.941
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1.386)	(1.386)
Saldo em 31/12/18	**48.000**	**13.880**	**215.394**	**(20.484)**	**31.119**	**287.909**
Equivalência Patrimonial				(33.806)		(33.806)
Compra Ativo Imobilizado				(10.074)		(2)
Atividades de Financiamentos				**(2.614)**		**(2.614)**
Contas à pagar				(2.614)		(2.614)
Aumento de caixa e equivalente				**(437)**		**1.642**
Inicio do exercicio				6.278		4.636
Final do exercicio				5.841		6.278

4. Capital Social: Em 31/12/2018 o capital social, totalmente integralizado é de R$ 48.000.000,00, composto por 12.500.000 ações ordinarias nominativas sem valor nominal. **5. Outras Informações:** Os registros contabeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades competentes, durante prazos prescricionais de acordo com a legislação aplicável em vigor. **6. Data de Aprovação das Demonstrações:** As demonstrações financeiras elaboradas sob responsabilidade da Administração serão aprovadas em assembleia geral para esta finalidade, com aprovação das mesmas. Marília 31 de Dezembro d 2.018

Diretoria
Jose Geraldo Garla - Diretor Presidente
Emir Castilho - Contador - CRC:1SP 084596/O-0

Arainvest Participações S.A.

CNPJ nº 08.139.408/0001-25

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Submetemos a vossa apreciação o Balanço Patrimonial acompanhado da Demonstração dos Resultados do exercício, da Demonstração dos Resultados Abrangentes, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas correspondentes ao exercício findo em 31/12/2018.

Balanços Patrimoniais em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (**nota 5**)	1.071	964
Créditos tributários (**nota 6**)	42	88
	1.113	1.052
Não circulante		
Créditos tributários (**nota 6**)	7.702	7.151
Total do ativo	**8.815**	**8.203**

Passivo	2018	2017
Circulante		
Impostos a recolher	3	3
Contas a pagar	4	15
	7	18
Patrimônio líquido		
Capital social (**nota 7**)	162.588	158.591
Prejuízos acumulados	(153.780)	(150.406)
	8.808	8.185
Total do passivo e patrimônio liquido	**8.815**	**8.203**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Arainvest Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na cidade de São Paulo-SP, que tem por objeto principal a administração de participações societárias em sociedades simples e empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. **2. Autorização para emissão de demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 08 de abril de 2019. **3. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emanadas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, e no caso de ativos financeiros ou passivos financeiros, o custo histórico pode ser ajustado para refletir a mensuração pelo valor justo, quando aplicável. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não tonam identificadas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuam maior complexidade, bem como áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. **4. Principais práticas contábeis: a) Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Sociedade e, também, a moeda de apresentação. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia estão representados por ativos financeiros mensurados pelo valor justo e equivalentes de caixa e aplicações em debêntures. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, exceto para instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados a valor justo por meio do resultado, em que os custos de transação são registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente dos ativos financeiros é efetuada com base no custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. **d) Provisões para riscos:** Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, e existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão administrativa, atualizados monetariamente até as datas dos balanços. **e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias vigente na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, ajustados pelas adições, exclusões e compensações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Disponibilidades	25	19
Aplicações em debêntures	1.046	945
Total	**1.071**	**964**

As aplicações em debêntures são remuneradas com base na variação da taxa DI e atualmente apresentam rendimento de longo prazo, e foram ser resgatadas a qualquer tempo. **6. Créditos tributários:** Corresponde basicamente ao saldo negativo do imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, objeto de pedido de restituição ou utilizado para compensar débitos tributários federais futuros, atualizado com base na taxa de juros SELIC. O pedido de restituição de tributos e contribuições está sujeito à homologação da Secretaria da Receita Federal do Brasil e a administração da Companhia considera que todos os créditos tributários ativados estão suportados por documentação hábil e não podem ser contestados pela Receita Federal do Brasil que por consequência deverá proceder a devolução dos mesmos à Companhia. **7. Capital social:** O capital social, totalmente integralizado em moeda nacional, em 31 de dezembro de 2018 e de R$ 162.588 (2017 – R$ 158.591), representado por 25.896 ações (2017 – 17.496 ações), sendo 20.712 (2017 – 13.992) ações ordinárias e 5.184 (2017 – 3.504) ações preferenciais. **8. Despesas gerais e administrativas:** As despesas gerais e administrativas são substanciadas por apresentadas por serviços prestados por pessoas jurídicas. **9. Outras receitas (despesas) operacionais:** Em outubro de 2017, a Companhia decidiu por aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), estabelecido pela Lei nº 13.496, de 24.10.2017, o débito referente ao auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, onde era exigido o imposto de renda e a contribuição social sobre lucros auferidos por controlada no exterior, referentes aos anos calendários de 2006 e 2007. O valor total dos débitos relativos aos programas foi de R$ 28.156, sendo R$ 5.679 liquidando financeiramente no período, R$ 11.532 liquidado com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base negativa e R$ 10.945 liquidado com créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. O efeito no resultado em 2017 foi de R$ 6.417. **10. Imposto de renda e contribuição social:** Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido no resultado é apresentada como segue:

	2018	2017
Prejuízo do exercício, antes do imposto de renda e contribuição social	(3.374)	(5.772)
Alíquota nominal do imposto de renda (15% e adicional de 10%) e contribuição social (9%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	1.147	1.962
Crédito tributário de períodos anteriores		2.197
Crédito tributário não reconhecido	(1.147)	(4.159)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores	(35)	(487)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(35)**	**(487)**

11. Passivos contingentes classificados como possíveis perdas: A Companhia possui passivos contingentes decorrente de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil questionando a exigência do imposto de renda e da contribuição social sobre ganho de capital no valor atualizado de R$ 1.270.346 mil, decorrente de auto de infração na data-base de 31 de dezembro de 2018 (R$ 1.229.572 mil em 31 de dezembro de 2017).

Demonstração dos Resultados - Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro ou prejuízo por ação)

	2018	2017
Despesas operacional	**(3.374)**	**(5.772)**
Despesas administrativas (**nota 8**)	(3.939)	(212)
Despesas tributárias	(31)	(100)
Outras receitas (despesas) operacionais (**nota 9**)	-	(6.417)
	(3.970)	(6.729)
Prejuízo operacional	(3.970)	(6.729)
Receitas financeiras	633	1.095
Despesas financeiras	(2)	(138)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	631	957
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.339)	(5.772)
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente (**nota 10**)	(35)	(487)
Prejuízo líquido do exercício	**(3.374)**	**(6.259)**
Prejuízo básico e diluído por ação - R$ do capital social no final do exercício	130,28	357,73

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Prejuízo líquido do exercício	(3.374)	(6.259)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abragente do exercício	**(3.374)**	**(6.259)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**152.638**	**(144.147)**	**8.491**
Aumento de capital	5.953		5.953
Prejuízo líquido do exercício		(6.259)	(6.259)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**158.591**	**(150.406)**	**8.185**
Aumento de capital	3.997		3.997
Prejuízo líquido do exercício		(3.374)	(3.374)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**162.588**	**(153.780)**	**8.808**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**(3.374)**	**(6.259)**
Prejuízo líquido do exercício	(3.374)	(6.259)
Ajustes para conciliar o resultado líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (**Nota 9**):		
Provisão para contingência	-	6.417
Impostos pagos	-	(5.679)
	(3.374)	(5.521)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Créditos tributários	(505)	(150)
Impostos a recolher	-	1
Provisão para o imposto de renda e a contribuição social	-	(5)
Contas a pagar	(11)	7
	(516)	(147)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(3.890)**	**(5.668)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	3.997	5.953
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	3.997	5.953
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**107**	**285**
Despesas de impostos de renda no inicio do exercício	964	679
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.071	964
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**107**	**285**

A Diretoria
Julio Mitsuo Shinzato
Contador - CRC 1SP 095.421/O-1

Citação - Prazo 20 dias Proc. nº 1007917-67.2016.8.26.0010. A Dra. Janaina Rodrigues Egea Uribe, Juíza de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões – Foro Regional X - Ipiranga. Faz Saber aos herdeiros Vicenta, Antonio, Luiz Domingos, Oswaldo, Concheta, Josefina, Euclides, todos maiores e Aparecida menor, que pelo presente edital ficam citados para no prazo legal, contados da primeira publicação do presente edital, habilitarem-se

Saraiva Educação S.A.

CNPJ nº 50.268.838/0001-39

saraiva EDUCAÇÃO

Relatório da Administração

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, devidamente acompanhadas das Notas Explicativas, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A Diretoria permanece à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	35.791	136.083
Contas a receber de clientes	8	139.046	218.669
Estoques	9	102.694	155.193
Impostos a recuperar	10	54.484	33.503
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	26.1	40.000	40.000
Demais ativos	11	13.111	7.255
Total do Ativo Circulante		**385.126**	**590.703**
Não Circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	170.889	153.814
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.1	78	-
Depósitos judiciais	18.1	94	10
Demais ativos		11	27
Investimentos	12	36	130
Intangível	13	41.937	41.802
Imobilizado	14	5.607	5.601
Total do Ativo não Circulante		**221.545**	**201.384**
Total do Ativo		**606.671**	**792.087**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores e demais contas a pagar	15	71.199	65.541
Fornecedores - Risco Sacado	15.1	109.572	125.981
Empréstimos e financiamentos	16	-	106.310
Debêntures	16	4.765	-
Impostos e contribuições a pagar	17	55	88
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	26.1	-	9.424
Total do Passivo Circulante		**185.591**	**391.920**
Não Circulante			
Fornecedores e demais contas a pagar	15	-	163
Empréstimos e financiamentos	16	-	186.288
Debêntures	16	219.338	-
Contas a pagar por aquição de participação societária	25	55.816	212.654
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.1	250.000	-
Provisão para contingências	18	3.510	21
Total do Passivo não Circulante		**530.664**	**399.126**
Total do Passivo		**716.255**	**791.046**
Patrimônio Líquido			
Capital social	20	90.254	90.254
Prejuízos acumulados		(199.838)	(89.213)
Total do Patrimônio Líquido		**(109.584)**	**1.041**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**606.671**	**792.087**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida	22	1.242.029	1.180.634
Custos dos produtos e serviços	22	(224.118)	(187.568)
Lucro Bruto		**147.911**	**278.303**
Despesas com vendas	22	(1.341.012)	(1.029.338)
Despesas gerais e administrativas	22	(64.134)	(31.114)
Outras receas (despesas) líquidas		(1.462)	177
(Prejuízo) Lucro Operacional		**(62.301)**	**137.428**
Receitas financeiras	23	4.254	8.717
Despesas financeiras	23	(53.026)	(64.106)
Variação cambial líquida	23	250	128
(Prejuízo) Lucro antes do Resultado de Participação Societária		**(110.123)**	**91.822**
Resultado da equivalência patrimonial	12	(94)	42
(Prejuízo) Lucro antes do Impostos de Renda e da Contribuição Social		**(110.217)**	**91.867**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	24	(0.992)	(13.760)
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício		**(99.225)**	**78.107**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
(Prejuízo) Lucro do Exercício	**(99.225)**	**78.107**
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**(99.225)**	**78.107**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
(Prejuízo) Lucro Líquido do Exercício		**(99.225)**	**78.101**
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	13-14	8.583	10.176
Resultado de equivalência patrimonial	12	94	(45)
Provisão para contingências	18	1.464	21
Imposto de renda diferido	19	(11.203)	14.050
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.c	23.009	(3.943)
Provisão para perdas em estoques	9	84.634	(4.275)
Amortização custo de transações Debêntures e BNDES	16	1.987	3.084
Juros sobre empréstimos		19.532	33.018
Variação no Capital Circulante			
(Aumento) redução em contas a receber de clientes		55.394	(56.609)
(Aumento) redução em estoques		(21.434)	18.454
(Aumento) redução em impostos a recuperar		(20.981)	(24.142)
(Aumento) redução em demais ativos		(6.922)	3.171
(Redução) aumento em depósitos judiciais		(120)	(10)
(Redução) aumento em fornecedores e demais contas a pagar		(37.667)	(26.968)
(Redução) aumento em impostos e contribuições a pagar		(33)	(318)
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	1.512
Juros pagos		(18.146)	(20.203)
Caixa Líquido (Aplicado nas) Gerado pelas Atividades Operacionais		**(21.034)**	**25.074**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisições de Imobilizado	13	(1.544)	(1.588)
Intangível	14	(6.930)	(5.042)
Pagamentos de aquisições de subsidiárias de exercícios anteriores	25	(156.838)	-
Adiantamento para futuro aumento capital em controladas		(78)	-
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos		**(165.390)**	**(6.630)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	218.854	11.302
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(290.722)	(116.532)
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	26.1	(94.000)	(18.400)
Recebimento para futuro aumento de capital	26.1	252.000	-
Juros sobre capital próprio pago		-	(2.112)
Caixa Líquido Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento		**86.132**	**(125.742)**
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(100.292)**	**(107.298)**
Caixa e equivalentes de Caixa no Início do Exercício		**136.083**	**243.381**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		**35.791**	**136.083**
Movimentação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(100.292)**	**(107.298)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		**90.254**	**(17.566)**	**72.688**
Lucro do exercício		-	78.101	**78.101**
Incorporação acervo cindido Em 29/12/2017	20	-	(149.748)	**(149.748)**
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		**90.254**	**(89.213)**	**1.041**
Adoção inicial do CPC 47 - Reconhecimento de receitas	21	-	(10.595)	**(10.595)**
Adoção inicial do CPC 48 - Instrumentos Financeiros		-	(805)	**(805)**
Saldos em 1º Janeiro de 2018		**90.254**	**(100.613)**	**(10.359)**
(Prejuízo do exercício)		-	(99.225)	**(99.225)**
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		**90.254**	**(199.838)**	**(109.584)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

Contexto Operacional: A Saraiva Educação S.A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, fundada em 17 de outubro de 1978, tendo como acionista controladora a Somos Sistemas de Ensino S.A ("Somos Sistemas"). A Companhia tem como objeto social (a) edição de livros para os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio, paradidáticos, jurídicos e de economia e administração; (b) a formatação de conteúdo digital; (c) o desenvolvimento de conteúdo editorial didático para a Ensico Sistema de Ensino ("Ensico") destinado a escolas particulares e Agora Sistema de Ensino, focado na rede pública; (d) soluções educacionais estruturadas com conteúdo, tecnologia e serviços para educação básica e superior; e (e) edição de conteúdo direcionado ao segmento de ensino técnico profissionalizante nas áreas de administração, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, informática, internet, redes, telecomunicações e saúde, produtos editoriais para os níveis de educação infantil, ensino fundamental e médio, paradidáticos, jurídicos e de economia e administração. A Companhia detém o controle das editoras Joaquim Ltda ("Joaquim"), Editora Pigmento Ltda. ("Pigmento") e Editora Todas as Letras Ltda. ("Todas as Letras"), com participação de 100% no capital social e participação o controle da Minha Biblioteca Ltda. ("MB"). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R$ 109.584, decorrendo pela redução do lucro bruto no ano e o aumento dos gastos operacionais. Conforme descrito na nota 5, a gestão do capital da Companhia é efetuada de forma consolidada no nível de sua controladora Somos Educação S.A. e desta forma, quando e se necessário, a Companhia conta com o suporte financeiro de sua controladora e de suas partes relacionadas. **1.1. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de abril de 2019. Após a sua aprovação pelos acionistas poderão ser alteradas as demonstrações financeiras. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47/IFRS15 - Receita de Contratos com Clientes e o CPC 48/IFRS9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário (veja nota explicativa 2). As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico, como base de valor e pelos princípios de mensuração e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **1.2. Consolidação:** A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais, e não consolidadas, por satisfazer as condições definidas pelo CPC 36, a seguir apresentadas: - A Companhia é de propriedade uma controlada do Grupo Somos Educação S.A., a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora; ii. Seus instrumentos de dívida ou patrimonio não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais); iii. Não há arquivo, nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando a distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e iv. A controladora indireta Somos Educação S.A., disponibiliza as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018 da Acionista Controladora Indireta Somos Educação S.A., foi disponibilizada ao público em 29 de março de 2019. **a. Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos através seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação de não controladoras na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a conformidade com as políticas adotadas pelo Grupo. **1.3. Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional usando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas das avaliações, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Variação cambial líquida". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. **1.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **1.5. Ativos e Passivos Financeiros: 1.5.1. Classificação dos ativos financeiros: Políticas aplicável a partir de 1º, de janeiro de 2019:** O CPC 48/IFRS 9 trar uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera o tanto o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJPR); e (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A nova norma elimina as categorias propostas pelo IAS 39 (CPC 38), onde a Companhia anteriormente classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia mantém aplicações em depósitos bancários que se enquadram como caixa e equivalentes de caixa. **1.5.2. Classificação dos passivos financeiros:** O CPC 48 mantém grande parte dos requerimentos da IAS 39 (CPC 38) para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39 (CPC 38), todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48/IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: (i) o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e (ii) o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia não designou no presente exercício passivos financeiros como valor justo por meio do resultado, VJR), sendo assim, não houve qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48/IFRS 9. **1.6. Instrumentos de mensuração:** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são registrados em data de negociação, na qual, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados a demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando o direito de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem. **1.5.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser exercível em todos os negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **1.5.5. Impairment de ativos: Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por impairment é mensurado pela diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros de longo prazo do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **1.6. Contas a receber de clientes:** Contas a receber de clientes referem-se substancialmente à comercialização no atacado (mercado público e privado) e varejo de livros (Editoras) e apostilas (Sistemas de Ensino) voltados para a educação, livros de idiomas, produtos didáticos e paradidáticos para exames de vestibular e de concursos públicos. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **1.7. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável, reduzido pela provisão para obsolescência. A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias-primas com baixa movimentação ao quais são analisados e avaliados periodicamente quanto a expectativa de realização desses estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos. **1.8. Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando há a impossibilidade de registro do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante. **1.9. Ativos Intangíveis: a. Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, participações de não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso da uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **b. Softwares:** As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos softwares de 3 anos. Os custos associados à manutenção de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a projetos específicos e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 7 anos. **1.10. Imobilizado:** Benfeitorias e equipamentos industriais são registrados pela Companhia para produção de apostilas do sistema de ensino e livros didáticos. Os equipamentos de informática referem-se aos computadores e periféricos mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados das unidades operacionais e corporativa. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis a aquisição dos itens, deduzindo das respectivas depreciações, a exceção dos terrenos, que não são depreciados. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados com o item e que possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contraprestação ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil estimada, como segue:

Categoria	Anos
Maquinas e Equipamentos Industriais	5 - 10
Instalações, Outras Imobilizações e Benfeitoria	5 - 10
Móveis e Utensílios, Veículos e Equipamentos de Computação	3 - 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior do que o seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, consequentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são incluídos na demonstração do resultado, em "Outras receitas líquidas" na demonstração do resultado. **1.11. Impairment de ativos não financeiros:** Ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment de ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que possam ser sujeitos a impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para a verificação de impairment e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. A qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para avaliação da possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **1.12. Fornecedores e demais contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivos não circulante. Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis de suas operações de venda de produtos e serviços para instituições financeiras (Primeira Ponta). Nessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de inadimplência do comprador, portanto, nesse caso, não a Companhia. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "Fornecedores - risco sacado". Elas são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, descontando a valor presente o custo da operação de cessões às instituições financeiras. **1.13. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estiverem abertos, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de adiar a liquidação do passivo por pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **1.14. Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável (ou seja, mais provável do que improvável) que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado de maneira confiável. As provisões são incluídas as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflita a avaliação atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **1.15. Direitos autorais:** Os direitos autorais são reconhecidos a débito no resultado no período como despesa de custo quando o direito de acesso com o produtor, a prestação de competência, e correspondem à remuneração paga aos autores das obras após o início do seu comercialização. Os saldos de direitos autorais pagos antecipadamente a partir da data em que está apresentado na rubrica de produtos em elaboração, no grupo de estoques. **1.16. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, estão apresentadas no resultado do exercício, líquido de outras deduções e compensações fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente é baseado em lucros tributáveis. Os impostos correntes e diferidos e são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo do imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis fiscais promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal está sujeita a interpretações, estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado do período, a não ser que a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **1.17. Benefícios a funcionários:** A contribuição trabalhista e previdenciária é reconhecida como despesa de pós-emprego, exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo, de que trata a CPC 33 (R1). Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa à medida que os serviços são prestados. Os benefícios abaixo são reconhecidos como despesa de pós-emprego, exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo, de que trata a CPC 33 (R1). Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa à medida que os serviços são prestados. **1.18. Capital social:** O capital social é composto por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. **1.19. Dividendos:** Dividendos e juros sobre capital próprio são a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia e reconhecidos como um passivo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. **1.20. Reconhecimento da receita:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 em 1º de janeiro de 2018 e a partir de 1º de janeiro de 2018 a aplicação das políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são formuladas na nota explicativa nº 2.1. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso ordinário das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, após a eliminação das vendas entre as empresas do grupo Somos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade, é provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **a. Receita com venda de produtos:** A receita pela venda de produtos (livros, apostilas e outros) é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. Os recebíveis são reconhecidos de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do saldo do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **1.22. Normas novas que ainda não estão em vigor:** A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A seguinte nova norma e interpretação foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A Companhia não planeja adotar essa norma de forma antecipada: **CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:** A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque

2. Mudanças nas Principais Políticas Contábeis

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com efeito de adoção inicial das normas reconhecidas na data da aplicação inicial. Os principais efeitos de mudanças na política pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas. Consequentemente, a informação para o exercício de 2017, deste período, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30/IAS 18 e CPC 38/IAS 39. A aplicação inicial dessas normas é atribuída principalmente a venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) e também ao reconhecimento das devoluções de mercadorias previstas contratualmente com os clientes. A partir de 1º de janeiro de 2018, a receita de vendas de mercadorias é reconhecida deduzindo a expectativa de devoluções de acordo com o perfil do cliente. **2.1. CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes:** A CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita de contratos com clientes deve ser Receitas. Os detalhes das novas políticas significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores em relação aos diversos bens e serviços da Companhia estão descritos abaixo. De acordo com CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens e serviços. **a) Receita com venda de produtos:** O principal impacto em relação a aplicação da nova norma está relacionado ao reconhecimento das devoluções de mercadorias previstas contratualmente com os clientes. Até 31 de dezembro de 2017, as devoluções eram reconhecidas como redução da receita de vendas quando o cliente exercia o direito de devolver os produtos. De acordo com CPC 47/IFRS 15, para contratos que permitam devoluções, a receita reconhecida

Saraiva Educação S.A.

CNPJ nº 50.268.838/0001-39

saraiva EDUCAÇÃO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Instrumentos Financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. O valor justo das debêntures passivas, foram apurados observando o valor de mercado das debêntures ("PU") em 31 de dezembro de 2018.

	Nota	Valor Contábil	Valor de Mercado	Hierarquia de Valor Justo
Ativos Mensurados pelo Valor Justo				
Aplicações financeiras	7	32.712	32.712	Nível 2
		32.712	**32.712**	**-**
Ativos Mensurados pelo Custo Amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.079	-	-
Contas a receber de clientes	8	139.046	-	-
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	26.1	40.000	-	-
Demais ativos	11	16.265	-	-
		198.390	**-**	**-**
Passivos Mensurados pelo Custo Amortizado				
Fornecedores e demais contas a pagar	15	44.733	-	-
Fornecedores - risco sacado	15.1	109.572	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	224.103	225.148	Nível 2
Contas a pagar por aquisição de participação societária	26.1	55.816	-	-
		434.224	**225.148**	**-**

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos. **b. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 550/08, a Companhia elaborou um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela Administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de doze meses. Adicionalmente, dois outros cenários foram demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08 de 17 de dezembro de 2008, a 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

	Nota	Saldo Contábil em 31 de Dezembro de 2018	Cenário Provável (i)	Cenário I (ii)	Cenário II (iii)
Aplicações financeiras	7	32.712	2.094	2.617	3.140
Total dos Ativos em CDI		**32.712**	**2.094**	**2.617**	**3.140**
Debêntures colocadas	16	224.103	18.356	21.805	25.391
Dívida Total em CDI		**224.103**	**18.356**	**21.805**	**25.391**
Exposição Líquida em CDI		**256.815**	**20.314**	**24.422**	**28.531**
Taxa CDI - % a.a.		6,40%	6,40%	8,00%	9,60%
Variação da taxa em relação à projeção			-	25%(i)	50%(ii)

(i) Variação da taxa atual para o cenário mais provável estimado. (ii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 25%. (iii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 50%.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Bancos conta movimento	3.079	763
Aplicações Financeiras (i)	32.712	135.320
Caixa e Equivalente de Caixa	**35.791**	**136.083**

(i) Em 31 de dezembro de 2018, a rentabilidade média das aplicações financeiras para o período foi de 101,68% do CDI. As aplicações financeiras são compostas por aplicações em um fundo de investimento em cotas de fundos de investimento (FIC) de renda fixa e perfil conservador, baseado principalmente em títulos públicos e papéis de instituições financeiras com grau de investimento. Seu risco de perda do principal é remoto e sua classificação contábil é de curto prazo, uma vez que a liquidez é diária para a totalidade dos recursos aplicados, se caso necessário. Em 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras eram remuneradas por taxas que variavam de 101,50% do CDI.

8. Contas a Receber de Clientes

a. Composição:

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Livros didáticos e paradidáticos	168.410	226.474
Outras	1.536	1.975
Total de Clientes	**170.058**	**228.452**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.912)	(9.834)
Total de Contas a Receber de Clientes	**139.146**	**218.669**

O efeito da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 está descrito na nota explicativa 2.2.

b. Contas a receber de clientes por idade de vencimento: Avaliação de perda esperada de crédito para clientes em 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2018: a Companhia utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber. As taxas de perda são calculadas por meio do uso de métodos de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade. A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para contas a receber em 31 de dezembro de 2018:

	31 de Dezembro de 2018	Perdas Esperadas de Crédito	% sobre o Saldo de Contas a Receber
A vencer	**140.590**	**1.024**	**0,7%**
Vencidas	**29.468**	**7.831**	**26,6%**
Até 30 dias	8.589	546	6,6%
De 31 a 60 dias	7.694	968	12,6%
De 61 a 90 dias	3.689	1.055	28,6%
De 91 a 180 dias	3.587	1.080	30,1%
De 181 a 360 dias	2.600	1.540	59,2%
Há mais de 360 dias	3.309	2.622	79,2%
Subtotal	**170.058**	**8.855**	**5,2%**
Julgamos Adicionais da Administração		**22.157**	**13,0%**
Clientes em recuperação judicial (i)		19.750	11,6%
Efeito de novas práticas - CPC 48/IFRS 9		2.407	1,4%
Total Geral	**170.058**	**31.012**	**18,2%**

(i) As dificuldades no mercado editorial brasileiro, atingiram seu ápice em 2018, com a entrada em recuperação judicial de seus maiores players: BookPartners em abril, Livraria Cultura em outubro e Livraria Saraiva em novembro. A Companhia, mesmo sem ter o plano de recuperação judicial homologado destes clientes, provisionou 100% dos títulos que foram incluídos pelas recuperadas nos respectivos pedidos de recuperação judicial. Esta provisão somou R$ 19.750. **c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Saldo Inicial	**6.783**	**10.726**
Adoção inicial da nova prática - CPC 48/IFRS9	1.221	-
Saldos em 1º de Janeiro	**8.003**	**10.726**
Efeito adicional do exercício - CPC 48/IFRS 9	2.407	-
Recuperação judicial	19.750	-
Adições no período	5.032	2.103
Reversões no período	-	(1.632)
Perdas efetivas	(4.180)	(4.414)
Saldos Finais	**31.012**	**6.783**

9. Estoques

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Produtos acabados	58.284	96.228
Produtos em elaboração	23.931	32.803
Matérias-primas	19.564	23.682
Importações em andamento	914	3.480
Total Estoque	**102.693**	**155.193**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía provisão para perdas em estoques de produtos acabados no montante de R$ 95.677 (R$ 14.612 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia constitui a provisão para perdas em estoques com base na expectativa de realização destes. A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Saldos em 1º de Janeiro	**14.612**	**16.405**
Adições no exercício	90.507	6.788
Reversões no exercício	(5.867)	(4.306)
Perdas com estoque	(3.575)	(4.275)
Saldo Total	**95.677**	**14.612**

A Companhia revisou os critérios de provisão para perdas em estoques a partir do 4T-2018, adotando o critério de aging de produção, por entender que este critério é mais aderente ao modelo de negócio e estratégia do seu atual controlador. Por este novo critério, os produtos em estoques têm constituição de provisão para perda conforme os ciclos de produtos. Anteriormente a Companhia adotava o critério de cobertura de saídas.

10. Impostos a Recuperar

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Imposto de renda e contribuição social (i)	44.534	23.996
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4.257	5.171
Programa de Integração Social - PIS	5.660	4.222
Demais impostos	34	114
Total de Impostos a Recuperar	**54.484**	**33.503**

(i) Correspondem aos valores de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados e constituídos em períodos anteriores, retenções na fonte do ano corrente e eventuais antecipações ocorridas neste ano com base em estimativas mensais referentes ao regime de apuração do lucro real anual e relativas a créditos constituídos ao longo deste exercício, atualizados monetariamente, e que serão utilizados para a compensação com tributos federais ao longo dos exercícios seguintes, assim, permitidos pela legislação.

11. Demais Ativos

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Adiantamento a empregados	154	427
Adiantamento a fornecedores	766	4.074
Adiantamento de direitos autorais	10.444	1.832
Pagamentos antecipados	966	947
Contas a receber - garantia ex-proprietários (i)	2.061	-
Outros	1.874	2
Total Demais Ativos	**16.265**	**7.282**
Circulante	13.111	7.255
Não Circulante	3.154	27

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R$ 2.061 refere-se a contingências de responsabilidade dos vendedores das empresas adquiridas pela Companhia, bem como dos antigos proprietários do grupo Somos (nota 1.1.), cujo propósito de manter o controle acionário e/ou em particular de compra e vendas firmado entre todas as partes, esses sócios, em determinadas circunstâncias, garantem o reembolso dos eventuais pagamentos que a Companhia seja obrigada a efetuar. A variação entre os períodos justifica-se pelas novas contingências mencionadas. Importante destacar que no mesmo conceito de reembolso sobre eventuais pagamentos também se enquadra as perdas com características possível e remoto.

12. Investimentos

	Minha Biblioteca	Editora Joaquim	Editora Pigmento	Editora Todas as Letras	Total
Total em 31 de Dezembro de 2016	**55**	**10**	**-**	**-**	**65**
Equivalência Patrimonial:					
Participação em lucros	-	-	-	-	-
de subsidiárias	45	-	-	-	45
Total em 31 de Dezembro de 2017	**100**	**10**	**10**	**10**	**130**
Equivalência Patrimonial:					
Participação no(s) (prejuízos) lucros de subsidiárias	(74)	(7)	(4)	(9)	(94)
Total em 31 de Dezembro de 2018	**26**	**3**	**6**	**1**	**36**
Patrimônio Líquido	**132**	**3**	**6**	**1**	**142**

Segue abaixo a participação da Companhia no total de ativos, passivos e resultados de suas controladas:

							31 de Dezembro de 2018
Investimentos Diretos	**Participação %**	**Quantidade de Ações**	**Total de Ativos**	**Total de Passivos**	**PL**	**Lucro**	**Resultado Equivalência Patrimonial**
Saraiva Educação S.A.							
Minha Biblioteca Ltda.	20,00%	500.000	7.609	7.477	132	445	(74)
Editora Joaquim Ltda.	100,00%	10.000	29	26	3	(7)	(7)
Editora Pigmento Ltda.	100,00%	10.000	32	26	6	(4)	(4)
Editora Tódas as Letras Ltda.	100,00%	10.000	27	26	1	(9)	(9)
Total			**7.697**	**7.555**	**142**	**425**	**(94)**

							31 de Dezembro de 2017
Investimentos Diretos	**Participação %**	**Quantidade de Ações**	**Total de Ativos**	**Total de Passivos**	**PL**	**Lucro**	**Resultado Equivalência Patrimonial**
Saraiva Educação S.A.							
Minha Biblioteca Ltda.	20,00%	500.000	5.072	5.385	(313)	216	45
Editora Joaquim Ltda.	100,00%	10.000	10	-	10	-	-
Editora Pigmento Ltda.	100,00%	10.000	10	-	10	-	-
Editora Tódas as Letras Ltda.	100,00%	10.000	10	-	10	-	-
Total			**5.102**	**5.385**	**(283)**	**216**	**45**

13. Intangível

	Sistemas de Computação	Software em Desenvolvimento	Cessão de Direitos	Marcas e Patentes	Goodwill de Incorporação	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	**11.956**	**12.739**	**6.276**	**12**	**14.526**	**45.509**
Adições	2.592	2.224	-	-	-	4.816
Transferência	7.128	(7.643)	516	-	-	-
Amortização	(6.604)	-	(2.145)	-	-	(8.749)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**15.168**	**7.450**	**4.647**	**12**	**14.526**	**41.802**
Adições	1.873	5.256	-	-	-	5.836
Transferência	5.484	(5.064)	-	-	-	420
Amortização	(5.467)	-	(1.757)	-	-	(7.224)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**16.868**	**7.642**	**2.890**	**12**	**14.526**	**41.937**

(i) Sistemas de computação referem-se, principalmente, a licenciamentos de sistemas ERP Oracle, melhorias em sistemas de controle de custo, bem como novo sistema de Direitos Autorais. (ii) Software em desenvolvimento refere-se, substancialmente a projetos de infraestrutura, TI e desenvolvimento de sites e conteúdo; **13.1. Teste do ágio para verificação de *impairment:*** A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do goodwill utilizando o conceito do valor em uso, através da metodologia do fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda dos seus serviços. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa para um período de cinco anos e a perpetuidade a partir do 5º ano, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, investimentos e fases de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuro para o período de cinco anos são baseadas no plano de negócios do Grupo, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base no custo médio ponderado de capital. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018 são as que se seguem:

Premissas	
Taxa de juros projetados	7,0%
Taxa de desconto (WACC - em termos nominais)	12,8%
g+ fator de crescimento na perpetuidade (com inflação)	5,5%

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Administração não identificou nenhuma perda por *impairment* em ágio e outros intangíveis com vida útil indefinida e nenhum indicativo de *impairment* para os ativos com vida útil definida. Adicionalmente, a Administração não espera desvios relevantes nas premissas utilizadas para o teste de *impairment*.

14. Imobilizado

	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo Líquido em 31/12/17	Adições	Transferência	Depreciações	Saldo Líquido em 31/12/18
Instalações	10%	41	-	-	(5)	36
Máquinas e equipamentos	11%	820	6	-	(124)	702
Móveis e utensílios	10%	1.498	123	-	(263)	1.358
Veículos	33%	114	-	-	(27)	87
Equipamentos de computação	33%	910	330	(6)	(505)	730
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	418	65	(882)	-	(399)
Imobilizações em andamento	-	1.800	1.020	459	(435)	2.844
Total Imobilizado		**5.601**	**1.544**	**(430)**	**(1.359)**	**5.357**

	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo Líquido em 31/12/16	Adições	Transferência	Depreciações	Saldo Líquido em 31/12/17
Instalações	10%	49	-	-	(8)	41
Máquinas e equipamentos	11%	952	-	-	(132)	820
Móveis e utensílios	10%	1.757	63	-	(322)	1.498
Veículos	33%	141	-	-	(27)	114
Equipamentos de computação	33%	1.402	249	-	(741)	910
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	370	95	(47)	-	418
Imobilizações em andamento	-	769	1.181	47	(197)	1.800
Total Imobilizado		**5.440**	**1.588**	**-**	**(1.427)**	**5.601**

A Administração não identificou nenhum indicativo de *impairment* em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

15. Fornecedores e Demais Contas a Pagar

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Fornecedores nacionais	18.697	18.697
Salários e encargos sociais	26.445	31.393
Recebimentos antecipados de clientes	21	-
Direitos autorais a pagar	12.583	15.421
Provisão de devoluções CPC 47/IFRS-15	20.459	-
Outras contas a pagar	128	199
Total Fornecedores e Demais Contas a Pagar	**71.199**	**65.704**
Circulante	71.199	65.541
Não circulante	-	163

15.1. Fornecedores - Risco Sacado:

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Fornecedores - Risco sacado	109.572	125.987

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito do comprador, portanto, neste caso, nós, a Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 0,68% a.m. (em 31 de dezembro de 2017, essa média ponderada foi de 0,92% a.m.) e o prazo médio de pagamento de 360 dias.

16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

	31 de Dezembro de 2017	Adições	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros	Provisão de Juros	Amortização Custo Transação	Transferência	31 de Dezembro de 2018
Debêntures Colocadas:								
Emissão contra terceiros	-	-	-	-	3.952	101	712	4.765
Em Moeda Nacional:								
BNDES	106.310	-	(284.254)	(18.146)	11.698	1.220	183.172	-
Total Circulante	**106.310**	**-**	**(284.254)**	**(18.146)**	**15.650**	**1.321**	**183.884**	**4.765**
Debêntures Colocadas:								
Emissão contra terceiros	-	218.854	-	-	1.196	-	(712)	219.338
Em Moeda Nacional:								
BNDES	186.288	-	(6.468)	-	2.686	666	(183.172)	-
Total Não Circulante	**186.288**	**218.854**	**(6.468)**	**-**	**3.882**	**666**	**(183.884)**	**219.338**
Total Empréstimos e Financiamentos	**292.598**	**218.854**	**(290.722)**	**(18.146)**	**19.532**	**1.987**	**-**	**224.103**

16.1 Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	Em 31 de Dezembro de 2018 Saldo	% sobre total	Em 31 de Dezembro de 2017 Saldo	% sobre total
2020	-	0,00%	186.288	100,00%
2021	219.338	100,00%	-	0,00%
Total	**219.338**	**100,00%**	**186.288**	**100,00%**

16.2. Debêntures: Em 27 de agosto de 2018 foi realizada a 1ª Emissão de Debêntures da Companhia, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, nos termos da Instrução CVM 476, no total de 2.200 ao Preço Unitário de R$ 100.000. Os recursos obtidos com esta nova emissão foram utilizados para alongar o perfil de endividamento da Companhia, bem como reforçar seu caixa consolidado. A emissão tem vencimento em 15 de agosto de 2021 e remuneração de CDI + taxa de 1,00% a.a. Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 11 de outubro de 2018, foi concluída a operação de aquisição do controle acionário da SOMOS, nesta data, pela SABER. Com a conclusão da operação, foi realizada reunião do Conselho de Administração da SABER em 08 de novembro de 2018 e Assembleia Geral de Debenturistas em 26 de novembro de 2018 para alinhamento das condições contratuais, a qual requer: a manutenção de índices financeiros "covenants", com apuração trimestral, durante a vigência da emissão, com base nas informações trimestrais consolidadas da Kroton Educacional S.A., que é garantidora da emissão da Saber Serviços Educacionais S.A. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre. O cálculo é a razão entre a Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado. Ocorre resultante não deve ser superior a 3 Em 31 de dezembro de 2018, os índices financeiros de todas as emissões supracitadas foram atendidos. **16.3. BNDES - FINAME:** O contrato com o BNDES foi celebrado pela Companhia, no montante total de R$497.682, para financiamento de gastos com plano editorial, compra de papel e serviços de impressão, projetos de inovação e o projeto social "Além da Prática". Do montante total, R$203.874 foram liberados em 2014, R$118.000 em 16 de junho de 2015, R$59.334 liberados em junho de 2016, e R$11.302 em julho de 2017, totalizando R$ 392.510. Os encargos financeiros variaram entre TJLP + 0,50% a.a. - TJLP + 1,50% a.a. e SELIC + 1,50% a.a., dependendo do subcrédito, com vencimento em agosto de 2024. Em 30 de outubro de 2018 a Companhia liquidou de forma antecipada o contrato com o BNDES, no valor de R$192.503. A liquidação antecipada foi realizada com os recursos obtidos na emissão das debêntures divulgadas na nota 16.2.

17. Impostos e Contribuições a Pagar

	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
ISS	46	52
Outros	12	32
Total Impostos e Contribuições a Pagar	**58**	**84**

18. Contingências

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrente do curso normal de seus negócios. A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda provável, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia e suas controladas, de acordo com a natureza dos processos e experiências passadas. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas dos processos judiciais, conforme apresentado a seguir: **a. Composição:**

Processos	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Trabalhistas	3.509	3.298
Cíveis	1	12
Total Provisão para Contingências	**3.510**	**3.310**

b. Movimentação:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**3.298**	**12**	**3.310**
Atualização monetária e juros	17	(1)	16
Constituição de provisão	1.255	-	1.255
Constituição/(reversão) de provisão ex-proprietários	2.060	1	2.061
Baixa de provisão:			
- Por pagamento	(50)	-	(50)
- Por reversão	225	(18)	207
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**3.509**	**1**	**3.510**
Contingências	1.485	-	1.485
Garantia de ex-proprietários	2.060	1	2.061
Depósito judicial redutores da provisão	(36)	-	(36)
Total	**3.509**	**1**	**3.510**

Não há nenhum processo ou ação individual de valor relevante, que necessite divulgação específica. **18.1** Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Depósitos Judiciais	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Tributários	84	-
Trabalhistas	10	10
Total Depósitos Judiciais	**94**	**10**
Depósitos judiciais	130	10
Depósitos judiciais redutores da provisão	(36)	-
Total	**94**	**10**

18.2 Para os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos, a Administração entende que são mais favoráveis as chances de sucesso e, portanto, as contingências em discussão judicial, classificadas como perdas possíveis, não provisionadas, são como seguem:

Processos (Perda Possível)	31 de Dezembro de 2018	31 de Dezembro de 2017
Trabalhistas	23.800	34.427
Cíveis	397	367
Total Contingências Possíveis	**23.800**	**34.554**

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R$ 23.800 (R$ 34.544 em 31 de dezembro de 2017), refere-se a contingências por questionamentos de horas extras, equiparação salarial, acúmulo de funções, obrigações com INSS e comissões, movido por ex-funcionários da Companhia. Parte substancial da contingência é representada por nove processos que perfazem o montante de R$ 15.079, relacionado às áreas comercial, logística e editorial.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, é a seguinte:

	31 de dezembro de 2018	Debitado/(creditado) ao resultado	Adoção de novas práticas CPC 47 e 48	Ajustes	31 de dezembro de 2017
Prejuízos fiscais e base negativa (i)	76.363	(19.913)	-	937	95.340
Provisão para contingências	1.206	1.199	-	-	7
Provisão para dividendos dividendos	10.544	10.395	-	-	149
Provisão para participações nos lucros - PLR	1.716	906	-	-	810
Provisão para obsolescência	30.354	30.354	-	-	-
Provisão para premiação sobre vendas	1.788	1.788	-	-	-
Provisão fornecedores	5.039	5.039	-	-	-
Redução ao valor realizável de estoques	852	852	-	-	-
Ajuste valor a presente	(8.363)	(4.976)	-	-	(3.387)
Efeito adoção novas práticas CPC 47 e 48 (nota 2.1 e 2.2)	5.926	990	4.935	-	-
Diferenças temporárias	501	501	-	-	-
Ajuste declarável fiscalmente	44.962	(15.933)	-	-	60.895
Apresentação no Balanço Patrimonial:	**170.889**	**11.202**	**4.935**	**937**	**153.814**

(i) A realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferença temporárias está relacionada ao período no qual as empresas estimam auferir lucro tributável suficiente para utilização desses saldos, bem como a realização das correspondentes diferenças temporárias que originaram o ativo ou passivo fiscal diferido. De acordo com o CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseados na previsão orçamentária da Companhia, que é revisada e aprovada pela Administração, levando em consideração cenários econômicos e outras variáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

20. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o capital social é de R$ 90.254, dividido em 90.254.797 ações ordinárias sem valor nominal. Em 29 de dezembro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a cisão parcial da Editora Atica S.A. ("Editora Atica") com a incorporação da parcela cindida pela Companhia, fato este alinhado com a contextualização de reorganização das sociedades do Grupo. Dentre outros aspectos, por meio da cisão, a Companhia passou a ser controlada pela Somos Educação, proporcionando melhor gestão operacional e financeira das sociedades envolvidas e a racionalização da estrutura de ativos das sociedades do Grupo. O total do acervo cindido totalizou o valor de R$ 93.470. No mesmo dia foi realizada a baixa dos valores pertinentes ao Goodwill e Mais-Valia, bem como a constituição dos impostos diferidos conforme apresentado:

Descrição	R$MM
Investimento da Atica sobre o patrimônio líquido da companhia	143.011
Goodwill e mais-valia gerados na aquisição da companhia pela Atica - CPC15	(143.011)
Total Investimento Cindido	**304.113**
IR Diferido ativo	96.917
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	(94.000)
Contas a pagar por aquisição de participação societária	(214.556)
Total acervo	**93.470**
(-) Investimento da Atica sobre o patrimônio líquido da companhia	(143.011)
(-) Baixa do Goodwill e mais-valia por incorporação	(179.102)
(+) Constituição de IRCS diferido	60.802
Reflexo Total sobre os Prejuízos Acumulados	**(168.748)**

21. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	k12		SETS		Total	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Venda livros didático e paradidáticos	275.406	345.644	127.750	124.039	403.156	469.683
Comercialização de apostilas	7.768	48.253	-	-	7.768	48.253
Outras	-	-	118	580	118	580
Receita Bruta	**283.174**	**393.897**	**127.868**	**124.619**	**411.042**	**518.516**
Impostos	(1.199)	(743)	-	-	(1.199)	(743)
Devoluções e descontos concedidos	(20.433)	(41.699)	(17.381)	(10.223)	(37.814)	(51.922)
Deduções das Receitas	**(21.632)**	**(42.442)**	**(17.381)**	**(10.223)**	**(39.013)**	**(52.665)**
Receita Líquida	**261.542**	**351.455**	**110.487**	**114.396**	**372.029**	**465.851**

Desde 2016 a administração da Companhia define seus segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada e execução estratégicas estruturados e revisados, os segmentos operacionais da Companhia são divididos entre: (i) Soluções Educacionais para Ensino básico, que compõem as atividades editoriais e de sistema de ensino (k-12); e (ii) Soluções Educacionais para Ensino Técnico e Superior ("SETS").

22. Despesas por Natureza

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Custo	Vendas	Administrativas	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Aluguel	-	(1.054)	-	-	(1.155)	(33)	(1.188)
Amortização de investimento editorial	(71.656)	-	(71.656)	(43.668)	-	-	(43.668)
Comissões	-	(324)	-	-	(1.347)	-	(1.347)
Depreciação e amortização	(107)	(1.876)	(6.601)	(8.583)	(1.212)	(7.963)	(10.176)
Despesas com pessoal	(1.968)	(37.991)	(3.866)	(43.825)	(841)	(29.484)	(35.881)
Direitos autorais	-	(37.798)	-	(37.798)	-	(47.447)	- (47.447)
Eventos e seminários	-	(286)	-	(286)	-	-	-
Fretes	(9.162)	(124)	(10)	(9.296)	(9.002)	(331)	(9) (9.342)
Manutenção e reparos	(1.341)	(407)	(602)	(2.352)	(212)	(1.540)	(37) (1.789)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(139.486)	(1.715)	(23)	(141.224)	(128.960)	(1.736)	(32) (130.728)
Mídia	-	(441)	-	(441)	-	(31)	- (31)
Opção de compra de ações	-	-	(34.987)	(34.987)	-	-	- -
Outras despesas	(199)	(8.742)	(573)	(9.514)	(1.239)	(8.088)	(421) (9.748)
Processos/Contingências	-	-	(416)	(416)	-	-	(24) (24)
Provisões	(49)	(11.276)	(131)	(11.455)	(23)	(11.100)	37 (11.086)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(23.009)	-	(23.009)	-	3.943	- 3.943
Serviços de terceiros	(518)	(4.416)	(16.992)	(21.926)	(3.374)	(5.080)	(16.990) (25.452)
Viagens e representações	(129)	(4.822)	(2.429)	(7.380)	(128)	(4.338)	(78) (4.538)
**Total

Saraiva Educação S.A.

CNPJ nº 50.268.838/0001-39

saraiva EDUCAÇÃO

continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Perdas estimadas por redução ao valor recuperável de estoques
Veja as Notas 1.e e 6 das demonstrações

Principais assuntos de auditoria

O custo dos estoques pode não ser recuperável se esses estoques estiverem danificados, tornarem-se total ou parcialmente obsoletos ou se o seu preço de venda líquido for inferior ao seu valor de custo. Devido ao fato da determinação da perda por redução ao valor recuperável envolver estimativas e julgamentos feitos pela Companhia, e do impacto que eventuais mudanças nas premissas utilizadas na mensuração dessas provisões teriam sobre as demonstrações financeiras, consideramos essa área significativa para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os procedimentos de auditoria realizados compreenderam a avaliação dos processos e controles internos da Companhia relacionados ao processo de cálculo das provisões para perdas por políticas contábeis da Companhia. Avaliamos a razoabilidade dos cálculos matemáticos efetuados pela Companhia para a mensuração das perdas estimadas nos estoques. Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas na mensuração do cálculo das provisões, bem como a venda de itens com valor abaixo do seu valor de custo. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetam a mensuração e a divulgação das perdas estimadas por redução ao valor recuperável de conjuntos, os quais não foram registrados e divulgados pela Administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade operacional, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar de distorção relevante decorrente de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam lançar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais ser mantenedora de continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de abril de 2019

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP178790/O-0

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ARAPONGAS S/A - PRODASA - CNPJ nº 75.404.814/0001-90
Assembleia Geral Ordinária - Convocação

São convocados os Srs. acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 26/04/2019, às 12 horas**, na sede social, na Rua Coronel Moraes nº 100, Ponta Grossa/ SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; **b)** destinação dos lucros do exercício findo e distribuição de dividendos; **c)** eleição de membros do Diretorio e fixação das respectivas remunerações. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere a Lei nº 6.404/1976, artigo 133, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018. São Paulo - SP, 16/04/2019. **José Maria Fernandes** – Diretor-Presidente

---

Agrostahl S.A. Indústria e Comércio
CNPJ 45.493.772/0001-40
Assembleia Geral Ordinária - Convocação

São convocados os Senhores Acionistas a se reunirem no AGO a ser realizada **no dia 30/04/2019**, às **09hs**, em 1º convocação, na sede social da empresa, Maringue/SP, na Rodovia Rapaso Tavares, km 67, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Prestação de contas dos administradores, deliberação das Demonstrações Financeiras do período findo em 31/12/2018 e destinação do correspondente resultado do exercício; **b)** eleição da diretoria e fixação de valor dos honorários; **e)** Outros assuntos de interesse social. - **João Augusto Pereira Carneiro Mac-Dowell** - Presidente.

Companhia Müller de Bebidas
CNPJ/MF nº 03.485.775/0001-92
Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar, em 1ª convocação, no dia 2.05.2019, às 11.00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Estrada Municipal PMG 349, Chácara Tabaão, Município de Pirassununga/SP, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Deliberar acerca do relatório da administração, proposta da administração, balanço patrimonial, demonstrações financeiras do período findo em 31/12/2018 da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2018; b) Deliberar acerca da destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referente ao exercício social findo em 31.12.2018; e c) Deliberar acerca da remuneração anual global máxima dos administradores. Pirassununga/SP, 16.04.2019. Ricardo Gonçalves - Presidente do Conselho de Administração. - (17,18,19)

AGIS

Construtora Ferreira Guedes S/A
C.N.P.J. 61.099.826/0001-44

Demonstrações Contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em R$, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis, acompanhadas das notas explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da Construtora Ferreira Guedes S.A. ("Companhia"). Em 2018, a receita bruta da Companhia aumentou 53% em comparação ao ano de 2017. O crescimento sustentado visto nos últimos anos é refletido pelos empreendimentos investimentos em políticas e ações de compliance, novas metodologias de gestão, otimização dos controles internos e ampliação de sistemas de informação. Ainda, a Companhia vem tem como garantir a prevenção da poluição, a segurança e a saúde das pessoas, e o respeito às comunidades onde atua. Nesse sentido, detém os certificados dos seguintes Sistemas de Gestão Integrada: ISO 9001 (Sistemas de Gestão da Qualidade), ISO 14001 (Sistemas de Gestão Ambiental), OHSAS 18001 (Sistemas de Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho) e PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - Nível "A"). Estas e outras medidas resultaram em um expressivo aumento de eficiência e competitividade. Em 2018, o Lucro Líquido da Companhia foi superávit de R$ 3,2 bilhões, composto de obras de relevância nacional, tais como execução do túnel, estações e sistemas para o Metrô de Fortaleza, Transpolisa do Rio São Francisco - obras Ramal de Agreste e Ferro Norte, dentre outras, que deverão propiciar a manutenção do crescimento da Companhia para os anos de 2019 e 2020. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 16 de abril de 2019. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo/Circulante		**242.375.461**	**197.548.911**
Caixa e equivalentes de caixa	4	270.514	3.619.452
Títulos e valores mobiliários		–	1.021.180
Contas a receber de clientes	5	229.965.994	187.741.203
Impostos a recuperar		6.246.692	1.174.812
Partes relacionadas	6.1	4.377.927	–
Créditos diversos		1.514.334	3.992.264
Não circulante		**194.575.349**	**175.140.984**
Realizável a longo prazo		**187.063.114**	**166.471.687**
Contas a receber de clientes	5	140.596.853	143.043.409
Créditos com partes relacionadas	6.1	–	1.259.808
Depósitos Judiciais		852.039	780.158
Tributos diferidos	11.2	45.614.222	21.388.312
Investimentos		–	869
Imobilizado	7	7.156.888	8.222.276
Intangível	8	355.347	446.120
Total do ativo		**436.950.810**	**372.689.895**

Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo e Patrimônio Líquido/Circulante		**89.425.849**	**37.183.723**
Empréstimos e financiamentos	9	34.006.889	5.487.909
Fornecedores		28.020.450	22.518.351
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	15.803.520	7.177.463
Tributos diferidos	11.2	7.763.803	1.575.781
Adiantamento de clientes		3.831.185	12.177.40
Não circulante		**101.922.134**	**75.609.020**
Empréstimos e financiamentos	9	5.588.304	7.411.374
Dividendos a pagar		63.246	6.522
Provisão para demandas judiciais	12	1.654.486	1.305.421
Tributos diferidos	11.2	94.616.097	66.883.703
Patrimônio líquido		**245.602.827**	**259.897.150**
Capital social		139.200.000	139.200.000
Reserva de lucros	13	6.594.246	888.569
Total do passivo e patrimônio líquido		**436.950.810**	**372.689.895**

Demonstrações do resultado

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta operacional		565.958.469	369.995.494
(-) Tributos sobre vendas		(32.420.439)	(18.435.464)
Receita líquida operacional	14	**533.538.030**	**351.560.030**
(-) Custo dos serviços prestados	15	(490.934.852)	(311.146.795)
(=) Lucro bruto		**42.603.178**	**40.413.235**
(+/-) Despesas e receitas operacionais		(33.336.331)	(31.625.092)
Despesas gerais e administrativas	15	(32.549.292)	(32.272.556)
Resultado financeiro, líquido	16	(2.550.674)	920.149
Outras receitas (despesas), líquidas	15	1.763.610	(265.685)
(=) Lucro antes dos impostos		**9.266.847**	**8.788.143**
(-) IR e CS	11.1	(3.506.446)	(3.613.768)
(=) Lucro líquido do exercício		**5.760.401**	**5.174.375**
Lucro por ação (22.830.992 ações)		**0,24**	**0,22**

Demonstrações do fluxos de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(14.701.40)**	**(14.758.365)**
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	9.266.847	8.788.143
Ajustes para reciliar o lucro líquido do exercício antes dos impostos:	**5.760.401**	**5.174.375**
Depreciações e amortizações	3.713.521	4.602.380
Apropriação de juros	1.721.038	1.364.842
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Decréscimo(acréscimo) nas contas de ativo:		
Títulos e valores mobiliários	1.021.180	(68.361)
Contas a receber	(39.778.234)	(18.564.971)
Tributos a recuperar	(5.071.880)	39.829
Créditos diversos	(1.365.425)	(1.442.859)
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo:		
Fornecedores	5.502.098	8.492.945
Obrigações trabalhistas e tributárias	3.829.308	(253.609)
Tributos diferidos - passivo	–	(1.092.928)
Adiantamento de clientes	(8.296.285)	12.127.469
(=) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(29.457.828)**	**12.992.980**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	(1.131.091)	(1.523.050)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.131.091)**	**(1.523.050)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Terceiros: Empréstimos tomados de terceiros	30.788.133	7.907.030
Pagamentos passados a terceiros	(6.180.256)	(16.92.860)
Juros pagos	(1.512.355)	(1.071.905)
Acionistas:		
Dividendos pagos	4.144.459	(11.993.801)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**27.239.981**	**(21.980.282)**
(=) Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3.348.938)**	**(10.510.352)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.619.452	14.129.804
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	270.514	3.619.452
(=) Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3.348.938)**	**(10.510.352)**

Demonstrações do resultado abrangente

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	5.760.401	5.174.375
Total do resultado abrangente do exercício	**5.760.401**	**5.174.375**

12. Provisões: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A Administração, baseada em interpretação dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas ações, entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir:

Risco de perda provável:	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	448.396	448.396
Processos trabalhistas	1.206.090	857.025
Total	1.654.486	1.305.421

Risco de perda possível: A Companhia é parte em processos cíveis, trabalhistas e tributários, os quais na opinião da Administração e de seus assessores legais possuem expectativa de perda possível no montante de R$ 2.286.508 (R$ 1.728.575 em 2017). A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R$ 852.039 (R$ 780.158 em 2017) relacionados a parte dos processos judiciais que permanecem em andamento. **13. Patrimônio líquido:** Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, totalmente subscrito e integralizado é representado por 22.830.922 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Reserva legal: A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R$ 288.020. Destinação do resultado: O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, a Diretoria pode declarar dividendos intermediários. Havendo saldo remanescente, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	5.760.401
Constituição de reserva legal	(288.020)
Base para constituição de dividendos	**5.472.381**
Destinação: Dividendos mínimos obrigatórios	54.724
Dividendos complementares, excedentes ao mínimo obrigatório (i)	5.417.657
Total destinado	**5.472.381**

Dividendos complementares excedentes a Assembleia Geral propõe-se o pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2018, no valor total de R$ 5.417.381 correspondente a R$ 0,237294004 por ação ordinária. O valor dos dividendos acima de dois salários mínimos estabelecido em Lei ou outro limite estatutário legal, não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados como parte do patrimônio líquido, denominada "Dividendos complementares, excedentes ao mínimo obrigatório", até a sua aprovação pela AGO.

14. Receita operacional líquida:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta:		
Prestação de serviços de engenharia	565.958.469	369.995.494
Total	565.958.469	369.995.494
Impostos incidentes sobre a receita	(32.420.439)	(18.435.464)
Total	533.538.030	351.560.030

15. Demonstração do resultado por natureza:

	31/12/2018	31/12/2017
Gastos com pessoal	(167.627.745)	(101.518.898)
Serviços de terceiros	(84.628.368)	(57.763.302)
Gastos gerais	(65.954.868)	(44.297.417)
Custo dos serviços	(69.069.242)	(47.239.777)
Materiais de consumo e aplicação	(132.560.348)	(87.980.578)
Depreciação e amortização	(3.713.521)	(4.602.379)
Outros	1.833.810	(290.685)
Total	(521.720.308)	(343.692.036)
Custo dos serviços prestados	(490.934.852)	(311.146.795)
Despesas gerais e administrativas	(32.549.292)	(32.272.556)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.763.810	(265.685)
Total	(521.720.308)	(343.692.036)

16. Resultado financeiro:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	63.364	267.484
Sobre impostos a recuperar	81.545	–
Descontos obtidos	535.337	252.703
Atualização monetária	2.242.481	2.035.522
Variações cambiais	–	14.816
Receitas financeiras	266.924	201.720
Subtotal	3.189.650	2.772.045
Despesa financeira		
Juros sobre empréstimos	(1.886.553)	(1.364.842)
Comissões e despesas bancárias	(1.873.690)	–
Variações cambiais - Partes relacionadas Venezuela	(1.027.209)	–
Outras despesas financeiras	(993.071)	(487.054)
Subtotal	(5.740.523)	(1.851.896)
Total	(2.550.874)	920.149

17. Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir possíveis riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. **18. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber de clientes, contas a pagar de fornecedores, empréstimos e financiamentos, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não faz e nunca fez operações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **(a) Instrumentos financeiros e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; **Títulos e valores mobiliários:** O valor de mercado desses ativos não difere significativamente dos valores de mercado; **Fornecedores:** Os valores de fornecedores apresentados a valor contábil têm valor de mercado similar; **Empréstimos e financiamentos:** As condições e os prazos dos empréstimos e financiamentos obtidos estão apresentados na Nota Explicativa nº 9. Todos os indicadores desses passivos não diferem significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis. **(a) Considerações sobre riscos e gestão de capital:** Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução de seus negócios são: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de moeda. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras e empréstimos; contas a pagar e empréstimos e pagar. Risco financeiro: Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e dívidas com taxas de juros variáveis. As taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos estão mencionadas na Nota Explicativa nº 9. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota Explicativa nº 4. **Risco de taxa de juros:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores a receber ou aumentem valores a pagar de obrigações contratadas. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu perda de seus investimentos no exterior (Venezuela) devido aos efeitos de hiperinflação no respectivo país.

	31/12/2018	31/12/2017
Total de investimentos no exterior (Venezuela)	–	1.011.724
Saldo em R$	–	311.300

Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Demonstração do Valor Adicionado

Consórcios	Ativo	Passivo	Receita Líquida	Custo	Resultado	% de participação	Na Acervo Patrimonial	Na Acervo Líquido	Na Resultado Competência
Construção-Modern-Ferreira Guedes	5.748	5.435	–	(35,00%)	470	35,00%	(289.655)	(289.655)	(164.455)
Construção-F.Guedes-Toniolo/Ambiental	105.123.255	105.100.080	23.175	33,12%	7.676	(48.542)	(16.077)		
Galvão-F.Guedes (Linha 10 Turquesa)	30.150	98.248.559	(98.218.447)	30,00%	(49.109.724)	(98.989.793)	(49.479.897)		
Ferreira Guedes-Galvão (Linha 8)	215.521	78.744.255	(78.528.734)	30,00%	(38.464.367)	(37.035.135)	(18.517.567)		
Construcap-Ferreira Guedes (BR448)	187.751	315.980	(128.229)	30,00%	(38.469)	(294.372)	(88.312)		
Construcap-F.Guedes-Toniolo (MI)	138.381.796	142.995.868	(4.614.072)	34,70%	(3.783.711)	(3.586.019)	(1.244.246)		
Construcap-F.Guedes-Mac (Lote 29)	396.086	510.540	(114.454)	35,00%	(40.059)	(177.141)	(61.999)		
Construcap-Ferreira Guedes (Vilcesa Tiete)	56.338.903	56.414.982	(66.079)	30,00%	(19.824)	(13.676)	(4.103)		
CEVAP - SAAE	104.866	162.974	(58.108)	45,00%	(26.149)	(200.555)	(90.250)		
F.Guedes/Araguaia (EMTU GU)	85.553.963	99.825.762	(14.271.799)	99,50%	(14.200.440)	(14.271.192)	(14.199.836)		
Queiroz Galvão/Ferreira Guedes (Arena Dunas)	64.655	116.036	(51.401)	40,00%	(20.560)	(66.755.179)	(38.602.239)		
F.Guedes/ADTranz/Trans/BrasControl (VLT)	20.730.401	252.826	20.477.575	49,00%	10.034.012	19.640.711	9.623.948		
F.Guedes/Queiroz (INEA RJ)	87.844.741	87.844.741	(8.862.237)	40,00%	(2.744.895)	20.738.845	(8.295.538)		
F.Guedes-Toniolo (CAE)	253.914.980	283.577.656	(29.662.666)	50,00%	(14.831.333)	(2.990.191)	(1.495.095)		
F.Guedes-FM (INEA RJ)	154.447	106.616	47.831	50,00%	106.616	152.777	106.944		
Cetenco-Acciona-Ferreira Guedes (Metrô-Lote 6)	343.343	2.634.337	(2.290.994)	20,00%	(458.199)	(134.393)	(26.879)		
Cetenco-Acciona-Ferreira Guedes (Metrô-Lote 8)	255	18.649	(18.214)	20,00%	(3.643)	(870)	(174)		
Ferreira Guedes-Toniolo,Busnello-ETC-Prodec	2.061.814	5.186.348	(3.124.534)	45,00%	(1.406.040)	(2.769.681)	(1.253.236)		
Ferreira Guedes - Paulitec (Viaduto)	59.677.147	57.990.045	1.687.102	60,00%	1.012.261	584.389	350.633		
MI Ramal do Agreste	131.097.552	128.545.428	2.492.124	99,99%	2.491.875	(44.429)	(22.211)		
Paulitec-Ferreira Guedes	4.189.157	(7.667.473)	11.856.631	50,00%	5.828.315	9.505.741	4.752.871		
Eixo Norte	80.002.600	67.747.247	12.255.353	50,00%	6.128.177	–	–		
	1.697.992.329	**1.242.955.855**	**455.036.474**		**106.997.470**	**(209.998.584)**	**(103.390.710)**		

Consórcios	Receita Líquida	Custo	Resultado	% de participação	Na Resultado Competência
Construcap-Ferreira Guedes (BR448)	–	(280.192)	(280.192)	30,00%	(84.058)
Construcap-F.Guedes-Toniolo (MI)	–	12.965	12.965	34,70%	4.499
Construcap-F.Guedes-Mac (Lote 29)	–	(114.454)	(114.454)	35,00%	(40.059)
Camargo Correa/Ferreira Guedes/OAS	–	–	–	35,00%	(270)
CEVAP - SAAE	–	(129.050)	(129.050)	45,00%	(58.072)
F.Guedes/Araguaia (EMTU GU)	–	–	–	99,50%	(32.840)
F.Guedes/ADTranz/Trans/BrasControl (VLT)	4.111.713	(2.726.155)	1.385.558	49,00%	678.923
ETF-F.Guedes (INEA RJ)	–	(151.933)	(151.933)	40,00%	(60.773)
F.Guedes-Toniolo (CAC)	44.771.917	(67.049.720)	(22.277.803)	50,00%	(11.138.902)
Cetenco-Acciona-Ferreira Guedes (Metrô-Lote 8)	–	(17.344)	(17.344)	20,00%	(3.469)
Ferreira Guedes-Toniolo,Busnello-ETC-Prodec	–	(5.397.970)	(5.397.970)	45,00%	(2.429.086)
Ferreira Guedes - Paulitec (Viaduto)	58.831.165	(56.707.141)	2.124.024	60,00%	1.274.227
MI Ramal do Agreste	130.188.966	(127.741.264)	2.447.702	99,99%	2.447.457
Paulitec-Ferreira Guedes	29.019.554	(17.362.924)	11.656.631	50,00%	5.828.315
Eixo Norte	109.646.191	(107.282.588)	2.438.006	50,00%	1.219.003
	376.563.507	**(384.861.013)**	**(8.297.506)**		**(2.307.994)**

Demonstrações do fluxo de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(14.701.40)**	**(14.758.365)**
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	9.266.847	8.788.143
Ajustes para reciliar o lucro líquido do exercício antes dos impostos:	**5.760.401**	**5.174.375**
Depreciações e amortizações	3.713.521	4.602.380
Apropriação de juros	1.721.038	1.364.842
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Decréscimo(acréscimo) nas contas de ativo:		
Títulos e valores mobiliários	1.021.180	(68.361)
Contas a receber	(39.778.234)	(18.564.971)
Tributos a recuperar	(5.071.880)	39.829
Créditos diversos	(1.365.425)	(1.442.859)
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo:		
Fornecedores	5.502.098	8.492.945
Obrigações trabalhistas e tributárias	– 3.829.308	(253.609)
Tributos diferidos - passivo	–	(1.092.928)
Adiantamento de clientes	(8.296.285)	12.127.469
(=) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(29.457.828)**	**12.992.980**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	(1.131.091)	(1.523.050)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.131.091)**	**(1.523.050)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Terceiros: Empréstimos tomados de terceiros	30.788.133	7.907.030
Pagamentos passados a terceiros	(6.180.256)	(16.92.860)
Juros pagos	(1.512.355)	(1.071.905)
Acionistas:		
Dividendos pagos	4.144.459	(11.993.801)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**27.239.981**	**(21.980.282)**
(=) Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3.348.938)**	**(10.510.352)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.619.452	14.129.804
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	270.514	3.619.452
(=) Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3.348.938)**	**(10.510.352)**

Custo Corrigido	Taxa anual depreciação	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Máquinas e equipamentos	20% a 25%	9.597.279	(324.569)	9.607.420
Móveis e utensílios	10%	1.107.099	23.927	1.131.026
Equipamentos de informática	10%	1.596.709	50.044	1.646.752
		42.564.578	796.413	43.360.991
Depreciação				
Máquinas e equipamentos	10% a 25%	(18.288.979)	(1.271.556)	(19.560.535)
Móveis e tratores	20% a 25%	(14.132.914)	(337.569)	(14.529.227)
Móveis e utensílios	10%	(511.501)	(108.076)	(619.577)
Equipamentos de informática	10%	(1.348.908)	(145.981)	(1.494.719)
		(34.482.302)	(1.863.182)	(36.203.058)
Imobilizado líquido		8.222.276	(1.066.769)	7.156.888

Custo Corrigido	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Softwares	1.577.725	10.119	1.587.844
	550.000	–	550.000
	2.127.725	10.119	2.137.844
Amortização			
Softwares	(681.529)	(100.905)	(782.498)
	(681.914)	(100.529)	(782.443)
	(1.363.443)	(201.434)	(1.564.877)
Intangível líquido	764.282	(191.315)	572.967

Custo Corrigido	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Saldo inicial	542.679	45.549	588.228
Aquisições	9.629	10.119	19.748
Baixas	(126.156)	(100.905)	(227.061)
Saldo final	446.152	(55.347)	390.805

9. Empréstimos e financiamentos: Operação

	31/12/2018	31/12/2017
Finame	8.032.290	9.719.264
Capital de Giro	31.562.903	3.181.019
Total	39.595.193	12.899.283
Circulante	34.006.889	5.487.909
Não circulante	5.588.304	7.411.374
Total	39.595.193	12.899.283

Os montantes do não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2018:

2020	5.474
2021	354.283
2022	849.714
A partir de 2023	4.358.832
Total	5.588.304

10. Obrigações trabalhistas e tributárias: Obrigações trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017

AMASV ZARPA TRANSMISSAO E ARMAZENAMENTO DE DADOS S.A.

CNPJ/ME: 26.643.094/0001-17
NIRE: 35.300.477.955

Balanço Patrimonial	2018	2017
Ativo / Circulante	**7.932.893,57**	**3.049.476,78**
Disponível	6.747.455,61	2.976.451,91
Clientes a Receber	1.049.427,54	839.319,20
Impostos a Recuperar	30.829,08	30.106,85
Adiantamentos e Empréstimos	2.153,83	832,75
Outras Créditos	3.032,51	2.766,03
Não Circulante	**0,00**	**0,00**
Permanente	**335.838,32**	**354.136,29**
Imobilizado	470.961,54	455.949,04
Imobilizado - Depreciação Acumulada	-135.322,22	-101.813,18
Total do Ativo	**8.268.531,89**	**4.203.781,04**
Balanço Patrimonial	**2018**	**2017**
Passivo / Circulante	**5.534.028,56**	**2.578.878,77**
Fornecedores Nacionais	9.764,65	84.470,22
Empréstimos e Financiamentos	29.381,98	0,00
Obrigações Trabalhistas	670.341,98	563.993,91
Outras Contas a Pagar	5.604.453,37	1.831.561,64
Contas Provisionadas	220.076,54	290.852,54
Não Circulante	**0,00**	**0,00**
Patrimônio Líquido	**1.634.512,33**	**1.632.912,33**
Capital Social	1.360.760,00	1.360.760,00
Capital Social a Integralizar	0,33	0,33
Reservas de Capital	272.152,00	272.152,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-500,00	0,00
Total do Passivo	**8.168.532,89**	**4.203.791,04**

Ana Lúcia Oliveira Gonçalves Leite
CRC 1SP 160.040/O-8

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital de Capital	Reservas de Capital	Fundos Aumento de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2016	**1.360.760,00**	**25.392,00**	**0,33**	**0,42**	**1.386.148,75**
Resultado do Exercício	-	-	-	1.845.073,96	**1.845.073,96**
Incorporação de Reservas	-	-	-246.764,00	-246.764,00	**0,00**
Ajustes Credores de Exercícios Anteriores	-	-	-	5.654,51	**5.654,51**
Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	-	-	-	-3.577,47	**-3.577,47**
Lucros Distribuídos	-	-	-	-1.598.387,46	**-1.598.387,46**
Saldo em 31/12/2017	**1.360.760,00**	**272.152,00**	**0,33**	**0,00**	**1.632.912,33**
Resultado do Exercício	-	-	-	5.603.613,37	**5.603.613,37**
Ajustes Credores de Exercícios Anteriores	-	-	-	1.600,00	**1.600,00**
Lucros Distribuídos	-	-	-	-5.603.613,37	**-5.603.613,37**
Saldo em 31/12/2018	**1.360.760,00**	**272.152,00**	**0,33**	**1.600,00**	**1.634.512,33**

Demonstração do Resultado	2018	2017
Receita Operacional Bruta	**18.388.202,34**	**17.847.252,27**
Deduções e Impostos	**0,00**	**0,00**
Incidentes sobre Vendas	**1.113.675,63**	**1.093.986,66**
ISS sobre serviços	515.504,05	632.362,16
PIS sobre receita	106.523,80	82.207,14
COFINS sobre serviços	491.647,89	379.417,56
Receita Operacional Líquida	**15.274.587,03**	**15.753.265,61**
(-) Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	**2.212.021,04**	**6.431.757,98**
Lucro Bruto	**13.061.565,99**	**9.321.507,75**
(-) Despesas e Receitas Operacionais	**5.198.182,31**	**3.881.816,39**

Demonstração do Resultado	2018	2017
Despesas Comerciais	1.727.006,74	965.646,16
Despesas Administrativas	3.473.693,90	3.206.639,92
Despesas Tributárias	1.332,50	26,72
Despesas Financeiras	6.658,73	11.794,52
Receitas Financeiras	12.509,38	2.331,93
Lucro Operacional	**7.865.483,68**	**3.200.491,36**
Despesas não operacionais	0,00	2.384,00
Lucro Antes do Imposto de Renda	**7.865.483,68**	**3.198.107,02**
Provisão para a CSLL	472.730,38	364.529,50
Provisão para o IRPJ		
Imposto sobre a Renda	1.289.139,93	988.583,13
Lucro Líquido	**5.603.613,37**	**1.845.073,96**

UPBUS Qualidade em Transportes S/A

NIRE: 35.300.477.955 - CNPJ/MF: 20.589.268/0001-18
EDITAL CONVOCAÇÃO AGO 2019

Convocamos os acionistas para AGO a ser realizada em 30/04/2019, no endereço Avenida Augusto Ribeiro, 816, Limeira/SP, com 1º chamada às 10h com no mínimo 50% dos acionistas com direito a voto, ou em, 2º chamada às 11h com a quantidade de acionistas presentes para deliberarem. 1º Pretende-se conta dos ativos, passivos, anexos, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2018; 2º Destinação do resultado líquido do exercício e distribuição de dividendos; 3. Outros assuntos de interesse. Acham-se a disposição dos acionistas, na sede, os documentos da Administração relativos ao exercício de 2018. Limeira/SP, 18/04/2019.
Ubiratan Antonio da Cunha - Diretor Presidente

LW AGRICOLA E PARTICIPAÇOES S.A CNPJ 61.291.282/0001-18

Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Valores em R$ 1,00)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital Social	Ajuste IPC/90	Reservas	Ajuste de avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	**11.393.683**	**(63.085)**	**5.950.186**	**12.811.381**	**772.753**	**30.864.918**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	832.214	832.214
Lucro do Exercício	-	-	-	-	239.035	239.035
Rateio de Lucros	-	-	-	-	(552.000)	(552.000)
Saldos em 31/12/2017	**11.393.683**	**(63.085)**	**5.950.186**	**13.643.594**	**459.788**	**31.384.167**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	805.500	-	805.500
Lucro do Exercício	-	-	-	-	(40.299)	(40.299)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(459.000)	(459.000)
Saldos em 31/12/2018	**11.393.683**	**(63.085)**	**5.950.186**	**14.449.094**	**(39.511)**	**31.690.368**

Demonstrações do resultado	2018	2017
Receita bruta de vendas	**406.737**	**442.327**
Impostos Incidentes	(29.847)	(55.223)
Receita Líquida		
Custos das atividades rurais		
Variação Patrimonial	(8.796)	(44.910)
Custeio das Atividades Rurais	(3.090.932)	(2.777.050)
Resultado bruto	**(2.740.329)**	**(2.443.446)**
Despesas atividades rurais		
Despesas Administrativas Gerais	(330.979)	(294.671)
Despesas Não Dedutíveis	(1.468)	(11.565)
Resultado operacional	**(3.072.776)**	**(2.749.182)**
Outras Receitas	2.053.572	1.630.368
Receitas Isentas	-	16.004
Despesas Financeiras	(420)	(8.240)
Receitas financeiras/ efeitos inflacionários		
Receitas Financeiras	977.923	1.434.592
Efeitos Inflacionários	5.252	522
(Prejuízo) Lucro antes do IRPJ e CSL	**(36.448)**	**334.385**
Contribuição social	(1.445)	(31.993)
Imposto de renda	(2.406)	(63.757)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(40.299)**	**239.035**

Demonstrações dos fluxos de caixa	2018	2017
Recebido pelas vendas	**162.752**	**140.839**
Lucro líquido do Exercício	**(40.299)**	**239.035**
(+) Depreciação/Amortização	176.756	186.065
(+/-) Aumento/Redução de Contas a Receber	186.520	(142.003)
(+/-) Aumento/Redução de Adiantamentos Diversos	(16.694)	179
(-) Aumento de Impostos a Recuperar	(97.233)	(63.034)
(-) Aumento/Redução de Estoques	(4.251)	24.474
(+/-) Aumento/Redução de Despesas Antecipadas	(118)	(667)
(-) Aumento/Redução de Fornecedores	4.195	(26.327)
(-) Aumento/ Redução de Obrigações Sociais	1.581	5.067
(-) Aumento/Redução de Impostos a Pagar	(48.175)	16.008
(-) Aumento/Redução de Contas a Pagar	(457)	(4.448)
(+)Aumento de Adiantamentos de Clientes	1.006	(64.502)
(-)Depósitos Judiciais	-	(29.009)
Atividades de Investimentos	**290.055**	**814.139**
(-) Ajustes de Avaliação Patrimonial	805.500	832.214
(-) Compra de Ativo Imobilizado	(15.445)	(18.075)
Atividades de Financiamento	**(459.000)**	**(552.000)**
(-) Distribuição de Lucros	(459.000)	(552.000)
Saldo final de Caixa	**493.847**	**492.978**
Variação do Disponível: Saldo Inicial	11.547.013	11.144.035
Variação do Disponível: Saldo Final	12.040.860	11.547.013
(=)Variação do Disponível	**493.847**	**402.978**

A Diretoria
Salatiel Dias Batista Filho - CRC- 1SP 261.936/O-8

Imobiliária Paramirim S.A.

CNPJ Nº 51.049.823/0001-42 - NIRE 35.300.315.260
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Imobiliária Paramirim S.A. ("Companhia"), convida seus acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em sua sede social, na Fazenda Aparecida, município de Itacemápolis/SP, no dia 30.04.2019, às 8 horas, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes do Boletim de Ordem do Dia: **I) Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. O Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018; **2.** A destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e em **Assembleia Geral Extraordinária: 4.** Aprovação da renovação dos limites de alçadas para a Diretoria comprar e vender bens móveis e imóveis. Nos termos do artigo 133, caput da Lei 6.404/76, ficam cientes os acionistas do disposto dos seguintes artigos da Lei Societária, que se refere, respectivamente, o item "1" - da Assembleia Geral Ordinária - da Ordem do Dia. Itacemápolis, 17.04.2019. **João Guilherme Sabino Ometto - Diretor Presidente.** (17,18,19)

ESPERANCA SERVIÇOS MÉDICOS E DE DIAGNÓSTICOS S.A.

CNPJ: 65.582.678/0001-75
Relatório da Diretoria

Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2018. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8.245	6.796
Contas a receber	1	-
Impostos a recuperar	514	437
Outros	-	10
Total do ativo circulante	**8.760**	**7.243**
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	1	38
Depósitos judiciais	50	41
Imobilizado	46	51
Total do ativo não circulante	**97**	**130**
Total do ativo	**8.857**	**7.373**

Passivo	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante		
Fornecedores	80	45
Salários, provisões e encargos sociais	127	117
Obrigações fiscais	43	103
Tributos parcelados	61	171
Outros	5	6
Total do passivo circulante	**316**	**442**
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	2	51
Tributos parcelados	108	201
Provisões para contingência	99	99
Total do passivo não circulante	**209**	**351**
Patrimônio líquido		
Capital social	3.273	3.273
Reserva de lucros	3.059	3.307
Lucros acumulados	2.000	0
Total do passivo e patrimônio líquido	**8.857**	**7.373**

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta	3.704	3.714
Deduções	(210)	(208)
Receita líquida	3.494	3.506
Custos e despesas operacionais		
Pessoal	(747)	(714)
Serviços de terceiros	(1.156)	(1.019)
Depreciação e Amortização	(5)	(14)
Utilizações e reversões sociais	(3)	(5)
Outros custos e despesas operacionais, líquidas	(34)	181
Total dos custos e despesas operacionais	(1.945)	(1.571)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	1.549	1.935
Resultado financeiro, líquido	454	465
Lucro antes dos impostos	2.003	2.400
Impostos sobre o lucro	(251)	(339)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.752	1.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras do Esperança Serviços Médicos e de Diagnósticos S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Heráclito de Brito Gomes** - Diretor-Presidente; **Pub Junqueira Moll** - Diretor; **Otávio de Garcia Lazcano** - Diretor; **Mauro Teixeira Sampaio** - Diretor; **Nilo César Braga de Almeida** - CRC 068910/O-6 RJ - CPF 967.034.827-72.

Transbia Transportes Baldan S/A

CNPJ/MF n.º 55.539.555/0001-06
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia 26/04/2019, às 10h30, em sua sede localizada na Avenida Tiradentes, nº 846, Centro, Matão/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I) Em Sede de Ordinária AGO: a)** Exame, Discussão e Votação do Balanço Geral, Demonstrações Financeiras e Relatório da Administração referente ao exercício de 2018; **b)** Eleição da Diretoria para cumprimento de saldo de mandato para o biênio 2018/2019, em face da vacância do Cargo de Diretor em razão da renúncia apresentada pelo Diretor Renato José Mastropietro; **c)** Fixação dos honorários da Diretoria. Matão/SP, 13/04/2019. Walter Baldan Filho - Diretor. (18,19,23)

PROMAX Produtos Máximos S.A. Indústria e Comércio

CNPJ n.º 61.531.620/0001-41 - NIRE 35.300.068.807
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2019.

Data e Local – Aos 14 (quatorze) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às 10:00 (dez) horas, na sede social à Rua Promax, 01, sala 1, Distrito de Jordanésia, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, CEP 07776-225. Quorum – Presentes acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verifica das assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Mesa – Presidente – Ricardo Halasz Galvão. Secretária – Roberta Halasz Galvão. Publicações – A Publicação dos Editais de Convocação foi dispensada de acordo com o artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76. Deliberações: - Por unanimidade de votos, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Transferir a sede social localizada à Avenida Dos Bandeirantes, nº 2000, Bairro Parque São Paulo, na Rua Promax, 01, sala 1, Distrito de Jordanésia, CEP 07776-225 para a Rua Dr. Antônio Leme Nunes Galvão, 70, no mesmo Distrito de Jordanésia, Município de Cajamar, Estado de São Paulo, CEP 07776-230, e b) dar nova redação ao artigo 2º do Estatuto Social, como segue: "Artigo 2º - A sociedade tem sede e administração à Rua Dr. Antônio Leme Nunes Galvão, 70 – Distrito de Jordanésia, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, CEP 07776-230, podendo, por deliberação da Diretoria, instalar e extinguir outras filiais, depósitos, escritórios, agências ou escritórios, em qualquer parte do território nacional e do estrangeiro. **Parágrafo Único** – A sociedade possui filiais na Rua Promax nº 01 – Distrito de Jordanésia, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, CEP 07776-225, a qual exerce as atividades de fabricação de produtos químicos derivados de petróleo, aditivos de uso industrial, sabões e detergentes sintéticos; na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, localizada na Rua Frederico Jensen, 535 – Galpão 02 - Fundos, Bairro Iboqueamirim, CEP 89065-001, sua unidade de Jabuticabeira dos Guararapes, Estado de Pernambuco, na Rodovia BR 101 Sul s/nº – KM 86,76, Galpão B5 – Prazeres, CEP 54335-000, as quais exercem, exclusivamente, as atividades de comércio atacadista de lubrificantes; e filial na Alameda Oscar Niemeyer, 1033 – salas 809 e 810 – 8º pavimento, Edifício Atlântico Business Center Vila da Serra, na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34006-065, a qual exerce, exclusivamente, as atividades de escritório e apoio administrativo." **Encerramento** – Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente suspendeu a sessão para lavratura desta ata. Reaberta a sessão foi esta ata, depois de lida e achada conforme, assinada por todos os presentes. Ricardo Halasz Galvão – Presidente. Roberta Halasz Galvão – Secretária – Acionistas: Ricardo Halasz Galvão – nu-proprietário. Roberta Halasz Galvão – nu-proprietária. - confere com o original lavrado às páginas 121vrs e 122 do Livro nº 01 de Registro de Atas das Assembleias Gerais. Ricardo Halasz Galvão - Presidente. JUCESP nº 125.539/19-8 em 27/02/2019. Gisela Simiena Ceschin - Secretária Geral.

BARIGUI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 10.608.405/0001-60 - NIRE 35.3.00633591
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CRI

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 68ª Série da 1ª Emissão da Barigui Securitizadora S.A. ("Emissão" e "Emissora"), nos termos da cláusula 7.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 68ª Série da 1ª Emissão da Barigui Securitizadora S.A. ("TS"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGCRI"), a realizar-se em primeira convocação, no dia 08.05.2019, às 11h, em 1º convocação, em S.Paulo/SP, na Av. Brig. Faria Lima, nº 2.277, 2º Andar, para deliberar sobre: (i) Concessão de prazo adicional para que a LOG Maracanaú I SPE Ltda. ("Cedente") efetue o registro do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia e Outras Avenças sob Condição Suspensiva assinado em 21/12/2018 ("Contrato de Alienação Fiduciária") na matrícula 16.295 do 2º Ofício de Registro de Imóveis 2ª Zona de Maracanaú/CE, em razão de exigências realizadas pelo cartório competente; (ii) Autorização para celebração de escritura pública de alienação fiduciária, nos mesmos termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária, com a finalidade de atender as exigências cartorárias pelo cartório competente, bem como, realizar o distrato do Contrato de Alienação Fiduciária e todos os atos necessários para a efetivação do respectivo registro; (iii) Concessão de eventual prazo adicional para o registro da Alienação Fiduciária na matrícula do Novo Imóvel, em razão das exigências e providências de regularização do Novo Imóvel na Prefeitura e no Registro de Imóveis de Maracanaú; (v) Caso aceito o item (i) acima – ante a iminência do prazo final para o registro do Contrato de Alienação Fiduciária – e não ocorrência de eventos de vencimento antecipado não automático, nos termos da cláusula 6.1.2 (xx) do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários – para emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 68ª Série da 1ª Emissão – Emissora, datado de 21/12/2018 ("Termo de Securitização"); e (v) Autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário tomem todas as medidas necessárias em decorrência das deliberações acima descritas, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamentos aos documentos da Emissão. Os Titulares dos CRI poderão se fazer representar na AGCRI por procuração, emitida por instrumento público ou particular, com reconhecimento de firma, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgante. As procurações deverão ser encaminhadas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da AGCRI para o endereço eletrônico agendaqui@barigui.com.br, com cópia para pos-emissao@barigui.com.br, ou enviados diretamente à VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.610.500/0001-88, com sede na Av. Brig. Faria Lima, nº 2.277, 2º andar, conj. 202, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, na cidade de S.Paulo/SP. Na data da realização da AGCRI, os representantes dos titulares dos CRI deverão se apresentar com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do respectivo documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail ao Agente Fiduciário. A AGCRI será instalada em primeira convocação com a presença de Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos CRI em circulação, nos termos da cláusula 7.6 do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos investidores que representem 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em circulação, nos termos da cláusula 7.11 do Termo de Securitização. Em segunda convocação, as deliberações poderão ser tomadas por maioria de votos presentes, caso necessário. São Paulo, 18 de abril de 2019.
Barigui Securitizadora S.A.
Evaldo Leandro Perussolo - Diretor de Relações com Investidores **(19, 23 e 24/04/2019)**

CCBR - Catel Construções do Brasil S/A

CNPJ Nº 66.686.221/0001-73 - NIRE 35.300.414.454
Extrato da Ata de Assembleia Geral ORDINÁRIA

Data, Hora, Local: 19.03.2019, às 12 horas, na Rua Bacharel Jacinto Ribeiro Penteado, Osasco/SP. **Presença**: totalidade do capital social. **Mesa:** Ivan Correa de Toledo Filho, Presidente, Walcyr Viana, Secretário. **Deliberações Aprovadas:** 1. as Contas dos Administradores, o Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2018, os quais foram publicados na edição de 14.03.2019 do "DOESP" e do "Jornal O Dia – SP". **2**. a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31.12.2018 que aprova prejuízo de R$ 406.124,13, não havendo, portanto, lucros a serem distribuídos. O prejuízo apurado no exercício de 2018, no montante indicado, foi absorvido integralmente pela Reserva de Retenção de Lucros da Companhia. **3.** Fica dispensada a instalação do Conselho Fiscal (artigo 161 da Lei nº 6.404/76). **Encerramento**: Nada mais. **Acionistas**: Ivan Correa de Toledo Filho e Walcyr Viana. JUCESP nº 211.998/19-9 em 12/04/2019. Gisela Simiena Ceschin - Secretária Geral.

Aguassanta Participações S.A.

CNPJ nº 07.198.897/0001-59 - NIRE 35.300.320.484
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Aguassanta Participações S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2019, às 18:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.400, 16º andar, sala 1B, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Em matéria ordinária:** (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; **(iii)** Reeleger os membros do Conselho de Administração, bem como as suplentes ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; e **(iv)** Fixar a remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Consultivo. **Em matéria extraordinária:** (i) Análise e aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Queluz S.A. Administração e Participações ("Queluz"), Costa Pinto S.A. ("Costa Pinto"), Santa Bárbara Agrícola S.A. ("Santa Bárbara"), Costa Pinto S.A. ("Costa Pinto") e Aguassanta Participações S.A. ("Aguassanta"); (ii) Análise e ratificação da nomeação dos peritos contratados para avaliação do acervo líquido da Companhia e a elaboração do laudo de avaliação; (iii) Aprovação do laudo de avaliação; e (iv) Aprovação da incorporação da Companhia pela Aguassanta, na forma do artigo 227 da Lei 6.404/76. São Paulo (SP), 18 de abril de 2019. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração.

Santa Bárbara Agrícola S.A.

CNPJ nº 55.364.616/0001-33 - NIRE 35.300.110.382
Edital de convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Pelo presente, ficam convocados os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Santa Bárbara Agrícola S.A. ("Companhia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2019, às 16:30 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.400, 16º andar, sala 1B, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Em matéria ordinária:** (i) Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; **(iii)** Reeleger os membros do Conselho de Administração, bem como as suplentes ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; e **(iv)** Fixar a remuneração global anual dos Administradores e dos membros do Conselho Consultivo. **Em matéria extraordinária:** (i) Análise e aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação da Queluz S.A. Administração e Participações ("Queluz"), Costa Pinto S.A. ("Costa Pinto"), Santa Bárbara Agrícola S.A. ("Santa Bárbara"), Costa Pinto S.A. ("Costa Pinto") e Aguassanta Participações S.A. ("Aguassanta"); (ii) Análise e ratificação da nomeação dos peritos contratados para avaliação do acervo líquido da Companhia e a elaboração do laudo de avaliação; (iii) Aprovação do laudo de avaliação; e (iv) Aprovação da incorporação da Companhia pela Aguassanta, na forma do artigo 227 da Lei 6.404/76. São Paulo (SP), 18 de abril de 2019. **Rubens Ometto Silveira Mello** - Presidente do Conselho de Administração.

GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 14.876.090/0001-93 - NIRE: 35.300.418.514
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBIVEIS IMOBILIÁRIOS DA 68ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA GAIA AGRO SECURITIZADORA S.A.

A Gaia Agro Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização firmado em 24 de novembro de 2014 e aditado em 10 de fevereiro de 2015, conforme aditado, ("Termo de Securitização") dos Certificados do Agronegócio da 1ª Série da 8ª Emissão da Emissora ("CRA"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, a se realizar, em primeira convocação, no dia 08 de maio de 2019, às 10 horas e 30 minutos na sede da Emissora, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Min. Jesuino Cardoso, nº 633, 8º andar, conjunto 82, sala 1, Vila Nova Conceição, CEP 04.544-051 para deliberar sobre (i) apresentar objeção ou não ao plano da recuperação judicial apresentado pela Usina Rio Pardo S.A. em Recuperação Judicial ("Recuperanda") e seus acionistas controladores, no prazo de 10 (dez) dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento do débito (R$ 42.628,72 atualizado até janeiro/2019), sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, que será julgada, deferido e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de abril de 2019. 18 e 19 / 04 / 2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002028-74.2019.8.26.0001. A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional V - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dra. Maria Cecília Sales e Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Marcelo Tadeu de Lyra Júnior (CPF. 255.812.969-63) que SESP - Sociedade Educacional São Paulo, ajuizou o cumprimento de sentença supra mencionado oriundo da ação monitória n. 0005021-93.2013.8.26.0001 e, estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que no prazo de 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento do débito (R$ 42.628,72 atualizado até janeiro/2019), sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, que será julgada, deferido e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de abril de 2019. 18 e 19 / 04 / 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Físico nº: 0018075-21.2013.8.26.0008. Classe: Assunto: Monitória - Contratos Bancários. Requerente: Banco do Brasil S/A. Requerido: MG Eletronicos e Acessórios em Geral-ME e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0018075-21.2013.8.26.0008. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr. Marcelo Tadeu Cuccolo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Marcelo Alves da Silva, CPF 264.991.658-21, RG 36482891 e MG ELETRÔNICOS E ACESSÓRIOS EM GERAL LTDA ME, CNPJ 05.258.269/0001-41, na pessoa de seu representante legal, que lhes foi proposta uma ação Monitória por parte do Banco do Brasil S/A, objetivando o recebimento da importância de R$ 94.424,19 (noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos), atualizada até agosto de 2013, referente a débitos oriundos de obrigações assumidas no Contrato de Abertura de Crédito Pessoa Jurídica nº 008.705.622, firmado pelas partes em 19/05/2011. Encontrando-se o réu em lugar incerto e a empresa com endereço em local não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 15 dias, a fluir após o prazo supra, efetuem o pagamento do valor reclamado, acrescido de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa (Art. 701, caput, do CPC), ou ofereçam embargos (Art. 702, do CPC), sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (Art. 701, § 2º do CPC). Advertem-se os requeridos de que, pelo pagamento do valor reclamado, ficam isentos de custas processuais (Art. 701, § 1º, do CPC). Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV, do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de maio de 2018. 18 e 23 / 04 / 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008575-21.2013.8.26.0008. Classe: Assunto: Monitória - Contratos Bancários. Requerente: Banco do Brasil S/A. Requerido: MG Eletronicos e Acessórios em Geral-ME e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008575-21.2013.8.26.0008. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr. Marcelo Tadeu Cuccolo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Marcelo Alves da Silva, CPF 264.991.658-21, RG 36482891 e MG ELETRÔNICOS E ACESSÓRIOS EM GERAL LTDA ME, CNPJ 05.258.269/0001-41, na pessoa de seu representante legal, que lhes foi proposta uma ação Monitória por parte do Banco do Brasil S/A, objetivando o recebimento da importância de R$ 94.424,19 (noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e dezenove centavos), atualizada até agosto de 2013, referente a débitos oriundos de obrigações assumidas no Contrato de Abertura de Crédito Pessoa Jurídica nº 008.705.622, firmado pelas partes em 19/05/2011. Encontrando-se o réu em lugar incerto e a empresa com endereço em local não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que no prazo de 15 dias, a fluir após o prazo supra, efetuem o pagamento do valor reclamado, acrescido de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa (Art. 701, caput, do CPC), ou ofere